

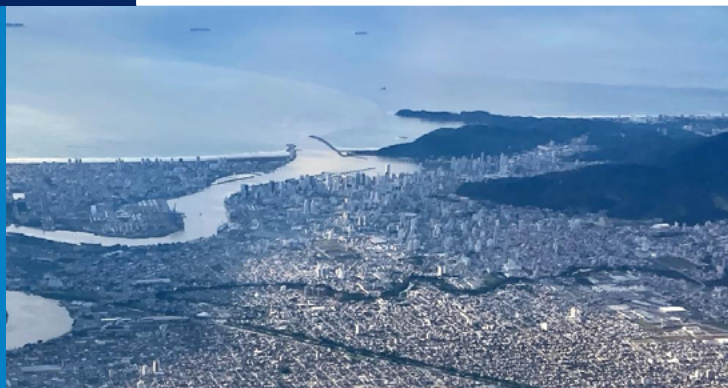


BPBES
Plataforma Brasileira
de Biodiversidade
e Serviços Ecossistêmicos



CÁTEDRA UNESCO
para a Sustentabilidade
do Oceano

1º Diagnóstico Brasileiro Marinho-Costeiro sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos







1º Diagnóstico Brasileiro Marinho-Costeiro sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos

.....

Editores: Cristiana Simão Seixas
Alexander Turra
Beatrice Padovani Ferreira

SUMÁRIO

SOBRE O 1º DIAGNÓSTICO MARINHO-COSTEIRO

INTRODUÇÃO

A importância do Oceano

A importância da conservação do Oceano

Conceitos e princípios que embasam o 1º Diagnóstico Brasileiro Marinho-Costeiro sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos

Objetivo e estrutura do 1º Diagnóstico Brasileiro Marinho-Costeiro sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos

Recorte espacial e temporal

Estrutura lógica e abordagem analítica

Capítulos

Referências

Anexo I

CAPÍTULO 1: CONTRIBUIÇÕES DA BIODIVERSIDADE E DOS SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS DA ZONA MARINHA-COSTEIRA PARA A SOCIEDADE

Sumário Executivo

1.1. Introdução

1.2. Contribuições da natureza para as pessoas a partir da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos

1.2.1. Contribuições de regulação

1.2.2. Contribuições materiais

1.2.2.1. Energia

1.2.2.2. Alimentos e alimentação

1.2.2.3. Materiais e trabalho

1.2.2.4. Recursos medicinais, bioquímicos e genéticos

1.2.3. Contribuições imateriais

1.2.3.1. Aprendizado e inspiração

1.2.3.2. Experiências físicas e psicológicas

1.2.3.3. Sustentando identidades

1.2.4. Manutenção de opções

1.3. Lacunas de dados e conhecimento

Agradecimentos

Referências

CAPÍTULO 2: HISTÓRICO DE MUDANÇA E O ESTADO ATUAL DA BIODIVERSIDADE DA ZONA MARINHA-COSTEIRA

Sumário Executivo

2.1. Introdução

2.2. Estado atual da biodiversidade marinha-costeira e processos relacionados

2.2.1. Os ambientes físicos

2.2.2. Os habitats e a biota

2.2.2.1. Manguezais e marismas

2.2.2.2. Pradarias de gramas marinhas

2.2.2.3. Formações recifais

2.2.2.4. Costões e afloramentos rochosos

2.2.2.5. Ecossistemas pelágicos

2.2.2.6. Mar profundo

2.3. Indicadores de mudanças

2.3.1. Extensão de habitats costeiros terrestres e perda de cobertura vegetal

2.3.1.1. Praias e dunas

2.3.1.2. Manguezais e apicuns

2.3.1.3. Marismas

2.3.2. Perda de bancos de macroalgas

2.3.3. Cobertura e branqueamento de corais

2.3.4. Florações de macroalgas

2.3.5. Florações de microalgas nocivas

2.3.6. Explosões populacionais de animais gelatinosos

2.3.7. Alterações nas populações de espécies migratórias

2.3.8. Impactos do plástico na vida marinha

2.3.9. Poluentes orgânicos persistentes

2.3.10. Abundância de estoques pesqueiros

2.4. Lacunas de dados e conhecimento

Agradecimentos

Referências

CAPÍTULO 3: VETORES DE MUDANÇA DA BIODIVERSIDADE E SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS DA ZONA MARINHA-COSTEIRA

Sumário Executivo

3.1. Introdução

3.2. Vetores de mudança indiretos

- 3.2.1. Sistemas de governança, gestão e instituições
- 3.2.2. Gestão coletiva da biodiversidade costeira
- 3.3. Vetores de mudança diretos antropogênicos
 - 3.3.1. Dinâmicas territoriais do litoral
 - 3.3.2. Infraestrutura
 - 3.3.3. Pesca e aquicultura
 - 3.3.4. Invasões biológicas
 - 3.3.5. Poluição e mudanças relacionadas aos ciclos biogeoquímicos
 - 3.3.6. Importação e exportação de impactos
- 3.4. Interações entre os vetores de mudança no bioma marinho e costeiro
- 3.5. Lacunas de dados e conhecimento
- Agradecimentos
- Referências

CAPÍTULO 4: CENÁRIOS DE TRANSFORMAÇÃO DA ZONA MARINHA-COSTEIRA

Sumário Executivo

- 4.1. Introdução
- 4.2. Cenários de transformação de áreas marinhas-costeiras no Brasil
 - 4.2.1. Vetores de mudanças sobre os ecossistemas marinhos-costeiros
 - 4.2.1.1. Mudanças climáticas: aspectos físicos e biogeoquímicos
 - 4.2.1.2. Pressões de uso/ocupação: urbanização e turismo
 - 4.2.1.3. Infraestrutura de transportes e energia
 - 4.2.1.4. Exploração de recursos pesqueiros
 - 4.2.1.5. Exploração de recursos minerais
 - 4.2.1.6. Poluição nos ecossistemas marinhos-costeiros
 - 4.2.2. Uma síntese de projeções e referências
- 4.3. Cenários possíveis: caminhos seguros para a sustentabilidade
 - 4.3.1. Caminhos socioeconômicos compartilhados e respostas possíveis (onde estamos e para onde vamos?)
 - 4.3.2. Relações socioeconômicas e cobenefícios entre múltiplos serviços ecossistêmicos
 - 4.3.3. Lacunas de conhecimento: o que é preciso saber e quais as fontes de conhecimento a explorar?
- 4.4. Considerações finais
- Referências
- Apêndice A.4

CAPÍTULO 5: OPORTUNIDADES E OPÇÕES DE GOVERNANÇA PARA CONSERVAR E RESTAURAR A BIODIVERSIDADE E OS SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS DA ZONA MARINHA-COSTEIRA

Sumário Executivo

5.1. Introdução

5.2. O estado da arte da governança da zona marinha-costeira

5.2.1. Políticas públicas

5.2.2. Atores da governança marinha-costeira

5.3. Oportunidades para a governança: estudos de caso

5.3.1. Áreas de Proteção Ambiental Marinhas do estado de São Paulo

5.3.2. Os Comitês de Gestão Pesqueira no contexto da pesca da tainha

5.3.3. Licenciamento ambiental do pré-sal

5.3.4. Zoneamento Ambiental e Territorial das Atividades Náuticas na região do estuário do Rio Formoso (PE)

5.3.5. O caso dos manguezais amazônicos

5.4. As estratégias e os instrumentos para a governança e o futuro da sustentabilidade do Oceano

5.5. Lacunas de dados e conhecimento

Referências

Apêndice A.5

CAPÍTULO 6: TECENDO SABERES: CONTRIBUIÇÕES DOS POVOS INDÍGENAS E DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PARA O 1º DIAGNÓSTICO MARINHO-COSTEIRO

Sumário Executivo

6.1. Introdução

6.1.1. Povos indígenas e comunidades tradicionais no Brasil

6.1.2. Os conhecimentos tradicionais no 1º Diagnóstico Marinho-Costeiro

6.2. Os ambientes marinhos-costeiros: fonte de vida e tradição

6.3. A zona marinha-costeira ao longo dos tempos: mudanças e suas consequências

6.4. Visões de futuro

6.5. Caminhos para um futuro melhor

Agradecimentos

Referências

Apêndice A.6

GLOSSÁRIO

LISTA DE SIGLAS

AGRADECIMENTOS

AUTORAS E AUTORES

SOBRE O DIAGNÓSTICO MARINHO-COSTEIRO

O 1º Diagnóstico Brasileiro Marinho-Costeiro sobre Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos foi elaborado pela Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos (BPBES) em parceria com a Cátedra Unesco para a Sustentabilidade do Oceano. O Diagnóstico foi coordenado por Cristiana Simão Seixas, Alexander Turra e Beatrice Padovani Ferreira, e escrito por 53 especialistas acadêmicos e governamentais, 12 jovens pesquisadores e 26 representantes de povos indígenas e populações tradicionais do Brasil, em diálogo com atores do poder público e da sociedade civil. Seu conteúdo é embasado em avaliações de informações disponíveis na literatura científica, em relatórios técnicos e em conhecimentos indígenas e tradicionais. O documento completo do Diagnóstico é composto por um Sumário para Tomadores de Decisão (avulso), uma introdução e seis capítulos, sendo o último produzido em um processo inovador a partir da síntese de saberes de povos indígenas e comunidades tradicionais. Cada capítulo inicia-se com um sumário executivo trazendo os principais resultados. Para todas as informações apresentadas nos sumários executivos é indicado o nível de confiança daquela avaliação (bem estabelecido; estabelecido, mas incompleto; inconclusivo; não resolvido – ver Anexo I)

A elaboração de cada capítulo contou com um conjunto de coordenadores, autores e jovens pesquisadores, além da revisão dos seguintes especialistas: A. Cecília Z. Amaral, José Henrique Muelbert (FURG), José Milton Andriguetto, Ronaldo Christofolletti, Segen Estefen, Sueli Furlan, Paulo Horta, Régis P. de Lima, Patrícia M. Menezes, Leonardo Messias, Carolina Minte-Vera, Victória J. Isaac Nahum, Marco Nalon, Isabel S. Pinto, Pedro Jacobi e Paulo Sinisgalli. Os capítulos foram organizados de acordo com a lógica do marco conceitual da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos (IPBES), conforme descrito na introdução abaixo. Os membros da coordenação executiva da BPBES que orientaram a construção do Diagnóstico foram: Carlos A. Joly, Cristiana S. Seixas e Paula F. Drummond de Castro.

A publicação contou com o suporte de uma Emenda Parlamentar do então deputado federal Rodrigo Agostinho (Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais), que financiou majoritariamente a sua elaboração. O Diagnóstico recebeu ainda o apoio da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e do Dr. Ronaldo Christofolletti, que viabilizaram a tramitação do recurso financeiro e a execução orçamentária para a sua realização. O Diagnóstico recebeu também o apoio da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), do Instituto Serrapilheira e do Programa Biota/Fapesp.

Sugestão de citação: Seixas, C.S., Turra, A., Ferreira, B.P. (Eds.) (2024). 1º Diagnóstico Brasileiro Marinho-Costeiro sobre Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos. Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos (BPBES) e Cátedra Unesco para a Sustentabilidade do Oceano.

CAPÍTULO 6: TECENDO SABERES: CONTRIBUIÇÕES DOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS PARA O 1º DIAGNÓSTICO MARINHO-COSTEIRO

Autoras e autores líderes

Adriana Lima - Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC)

Antonio Vieira (Sr. Mancha) - Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)

Célia das Neves - Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM)

Cida Ferreira - CONFREM

Comissão Guarani Yvyrupa¹ (CGY)

Cláudio de Araújo Nunes - Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR) e CNCTC

Eliete Paraguassu - MPP

Ezequiel Tremembé - Povo Tremembé, Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú

Florivaldo Mota Rocha (Filico) - MPP

Isabel Tukano - Levante pela Terra

Jurandir Cesário - Quilombo Caçandoca

Leticia Moraes - Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)

Manoel Bueno dos Santos (Nego da Pesca) - Federação das Associações de Pescadores Profissionais e Aquicultores do Espírito Santo

Maria Ariã Pataxó - Povo Pataxó, Terra Indígena Comexatibá

Maria Cristine Lançoni - Araquari, Baía da Babitonga, SC

Maria do Ramos - Articulação Nacional das Pescadoras (ANP)

Maria José Pacheco - Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP)

Marilda de Souza - Quilombo do Bracuí

Neimar Lourenço - Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ)

Nilmar Conceição - Fórum da Lagoa dos Patos²

Pedro Ribeiro - CPP

Renato Caiçara - CNCTC

Robson Possidonio - Fórum de Comunidades Tradicionais Angra-Paraty-Ubatuba (FCT)

Samuel Rocha - Grupo Pró-Babitonga (GPB)

Santiago Bernardes - FCT e CNCTC

Valmira João Gonçalves - CPP

1. A contribuição da Comissão Guarani Yvyrupa foi encaminhada de forma coletiva em um diálogo intermediado por Eunice Kerexu Yxapyry.

2. O autor recebeu respaldo para o documento da organização na Reunião Ordinária do Fórum da Lagoa dos Patos, realizada em Julho de 2022.

Organizadoras do capítulo:

Cristiana S. Seixas, Luciana Yokoyama Xavier e Marina A. R. de Mattos Vieira

Sugestão de citação: Lima, A., Vieira, A., Neves, C., Ferreira, C., Comissão Guarani Yvyrupa, Nunes, C. A., Paraguassu, E., Tremembé, E., Rocha, F. M., Tukano, I., Cesário, J., Moraes, L., Santos, M. B., Pataxó, M. A., Lançoni, M. C., do Ramos, M., Pacheco, M. J., de Souza, M., Lourenço, N., Conceição, N., Ribeiro, P., Caiçara, R., Possidonio, R., Rocha, S., Bernardes, S., & Gonçalves, V. J. (2024). Tecendo saberes: Contribuições dos povos indígenas e comunidades tradicionais para o 1º diagnóstico marinho-costeiro. *Em: Seixas, C.S., Turra, A., Ferreira, B.P. (Eds.) 1º Diagnóstico Brasileiro Marinho-Costeiro sobre Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos. Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos (BPBES) e Cátedra Unesco para a Sustentabilidade do Oceano.* pp.256-302 doi: 10.4322/978-65-01-27749-3.cap06

Sumário Executivo³

Os ambientes ou sistemas marinhos-costeiros são importantes pois estão ligados à manutenção da qualidade e saúde da vida, no mar e no continente, garantindo alimento, renda e manutenção de culturas {6.2}. Nos depoimentos que fundamentaram este capítulo, os ambientes marinhos-costeiros são “*um espaço de vida, um espaço de diversidade de espécies nativas*”, um espaço que “*contribui de uma forma maravilhosa com a questão ambiental, com a questão das arborizações, do oxigênio*”. Sua importância também é reconhecida na manutenção do clima, produção de oxigênio e, muito fortemente, como espaços que deram origem a culturas e identidades específicas dos povos indígenas e comunidades tradicionais que os ocupam. “*A nossa zona costeira contribui para ter uma identidade. Ela tem uma identidade na sua trajetória*”. O extrativismo artesanal, uma das manifestações da tradicionalidade, ilustra a importância dos ambientes marinhos-costeiros como fonte de alimento, emprego, renda e garantia de bem-estar e segurança alimentar. Para os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, os ambientes marinho-costeiro também são entendidos como “*lugares sagrados onde existem vidas que alimentam outras vidas e seres humanos*” sendo parte da cultura e identidade dos povos do mar, as quais estão diretamente relacionadas à manutenção desses ambientes.

Os ambientes marinhos-costeiros vêm sendo modificados desde as primeiras ocupações humanas no litoral. Essas mudanças se intensificaram nos últimos anos, impactando a vida marinha e gerando conflitos para as populações cujos modos de vida dependem da qualidade desses ambientes. Hoje, o retrato da zona costeira brasileira é de poluição, degradação socioambiental, perda de habitats e expropriação

3. Este documento é baseado no conhecimento tradicional de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais da Zona Marinha-Costeira brasileira e busca representar a oralidade de quem o compôs, destacando, entre aspas, os trechos oriundos das falas e textos das pessoas que colaboraram no processo de sua construção. A validação do conhecimento aqui apresentado é parte do próprio sistema de conhecimento, portanto, toda a informação é considerada “bem estabelecida”.

de territórios {6.3}. *“Espaços impactados por agrotóxicos, solos degradados, queimadas provocadas por invasores ou proprietários de terras vizinhas, rios assoreados, nascentes e rios contaminados e áreas completamente desmatadas”.* As disputas nos ambientes marinhos-costeiros são marcadas pela violência e desrespeito com as culturas e modos de vida tradicionais. *“Acreditamos que as mudanças ambientais nos ecossistemas costeiros e marinhos fazem parte das ações de uma lógica de desenvolvimento que provoca expulsão do nosso povo, de racismo ambiental e que desafia nossas demarcações de terras”, “o impacto não é só a maré seca, a maré cheia ou a espécie que nasce e morre; mas um contexto de onde cada família que sobrevive e necessita daquela área marítima, sofre também”.*

A teia de causas e consequências das mudanças e conflitos existentes nesses territórios é complexa, sendo resultado de um modelo de desenvolvimento que privilegia interesses financeiros, sustentado por um sistema de gestão e governança falho {6.3}. *“Os grandes empreendimentos, sejam eles na cidade, ou no mar, como petróleo e usina nuclear, causam tanto impacto quanto uma empresa na cidade que joga seus resíduos no mar”.* Mudanças globais, como as mudanças climáticas, reforçam e amplificam os desafios enfrentados localmente. *“De 40 anos pra cá, estamos vivendo as mudanças climáticas, e a cada ano que passa, vai se tornando bastante desafiador”.* Frente a tantos desafios, a inação ou a ação que desconsidera os contextos e práticas tradicionais representa um impacto adicional à sobrevivência desses povos. *“Grande parte do que a gente sofre hoje é porque as políticas são impostas. Elas não são dialogadas, não são feitos estudos adequados para serem criadas as legislações. [...] E aí, quando ela [a legislação] vem, ela vem ‘tratorando’ realmente”.*

O futuro dos ambientes marinhos-costeiros e das populações que dependem deles está ameaçado. “Se continuar indo nessa velocidade, do tal desenvolvimento, vamos chegar à extinção da pesca artesanal e de muitas espécies marinhas e seus habitats” {6.4}. A preocupação com o futuro está relacionada não apenas ao uso, mas ao acesso a esses ambientes, cada vez mais limitado por propriedades particulares, empreendimentos e legislações que levam à privatização da zona costeira e à espoliação dos territórios tradicionais. São processos de disputas violentos, com raízes profundas e estruturais. Com o avanço das ameaças, a manutenção dos conhecimentos e modos de vida dos povos indígenas e comunidades tradicionais está em risco, assim como o futuro das próximas gerações, uma vez que suas identidades estão intimamente relacionadas com a conservação dessas áreas. O futuro desejado por essas populações é o de continuarem vivendo em seus territórios com dignidade e qualidade de vida. *“O futuro deve ser pensado a partir de agora. Deve-se ouvir o que a floresta diz, o que as águas dizem, e o que as pessoas, nós que moramos nas comunidades, estamos dizendo, porque tudo o que está acontecendo já foi alertado pelas comunidades que utilizam esses recursos”.*

A resistência das populações indígenas e comunidades tradicionais segue forte em seus territórios e é chave para a conservação dos ambientes marinhos-costeiros do Brasil. A base da resistência é pela autoafirmação de identidades e pertencimento e pela manutenção e fortalecimento do extrativismo marinho-costeiro tradicional

{6.5}. “A gente precisa se aquilombar cada vez mais. Quando eu falo aquilombar é para se juntar, para fazer a defesa desse mesmo lugar, desse mesmo desejo que todos querem”. A articulação entre os diversos povos e movimentos de base é a sua principal ferramenta de resistência. Ao se articularem, os desafios e soluções presentes em diferentes partes do país são compartilhados. As experiências de mobilização e articulação de movimentos de base têm sido fortalecidas por parcerias com organizações não-governamentais, pesquisadores, universidades, instituições públicas e sistema jurídico, em particular o Ministério Público (MP). Ainda, o fortalecimento dos conhecimentos ancestrais, por meio de iniciativas de educação diferenciada, e a formação política de líderes na frente dos processos de decisão, acompanhada da conscientização sobre as ameaças, permitem o avanço na luta pelos seus direitos. O direito territorial é o foco das lutas. A delimitação e o reconhecimento dos territórios tradicionais estão diretamente relacionados com a autoafirmação das identidades desses povos e promovem maior capacidade de monitoramento e fiscalização dessas áreas, que se tornam espaços de resistência frente ao avanço de atividades depredatórias e de expropriação.

Instrumentos de gestão elaborados em diálogo com os povos indígenas e comunidades tradicionais demonstram maior potencial para o cuidado compartilhado dos ambientes marinhos-costeiros. Incluir os jovens nas discussões políticas promove maior diversidade e continuidade dos processos {6.5}.

“A nossa cultura tem um manejo muito bem feito. Tanto que vivemos em algumas das regiões mais preservadas do mundo”. O cuidado com os ambientes marinhos-costeiros passa necessariamente pelo reconhecimento e valorização das formas sustentáveis de manejo tradicionais, que estão relacionadas com as culturas ancestrais desses povos. Iniciativas locais incluem: criação de acordos de pesca e outros mecanismos de ordenamento pesqueiro; automonitoramento da pesca; pesquisas realizadas pelos jovens com seus pais e avós, resgatando e registrando a sabedoria tradicional relacionada à pesca artesanal em suas comunidades e outros conhecimentos; e prática de modalidades de pesca de menor escala e impacto aos recursos e sistemas. Instrumentos de gestão territorial construídos pelos povos indígenas, como os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) de Terras Indígenas e os Planos de Manejo e Acordos de Convivência, construídos pelas comunidades tradicionais, refletem suas maneiras de cuidar dos territórios e potencializam a boa governança em áreas conservadas ou prioritárias para a conservação. Da mesma forma, os Protocolos de Consulta, amparados pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), representam um instrumento de defesa dos territórios e dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais e, consequentemente, de proteção dos ambientes marinhos-costeiros. Envolver a juventude nos processos de articulação e tomada de decisão incentiva a sucessão geracional nas posições de representação política.

As mulheres sofrem desafios específicos na luta pelos seus territórios e modos de vida, principalmente relacionados à violência de gênero {6.3}. “Embora estejamos em um ambiente em que todo mundo é impactado, as mulheres precisam ser olhadas com esse cuidado, enquanto pessoas que às vezes sofrem de forma diferente os impactos so-

cioambientais que existem". Os encontros de mulheres, promovidos muitas vezes em parceria entre os movimentos sociais e colaboradores, representam uma oportunidade para a discussão desses desafios específicos e para avançar no fortalecimento da participação das mulheres em todos os espaços de decisão. {6.5} *"A gente tem que ter sororidade, não perder as estribeiras. A gente faz loucura para defender as nossas vidas, as dos nossos filhos; portanto, a gente precisa realmente chegar aos locais onde não se tem fala, onde não se tem voz"*. As mulheres têm práticas e conhecimentos específicos sobre os territórios e muitas vezes assumem um papel preponderante na luta pela defesa dos ambientes marinhos-costeiros. No entanto, os desafios impostos pelo patriarcado às mulheres são também sentidos pela população LGBTQIA+ nessas comunidades, indicando a necessidade de um debate mais amplo para promover justiça, liberdade e equidade de gênero.

6.1 Introdução

É inegável a importância de práticas e conhecimentos locais e tradicionais para a manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. Povos indígenas e comunidades tradicionais contribuem para a conservação de pelo menos 25% de toda a superfície terrestre (Garnett *et al.*, 2018). No Brasil não é diferente: as áreas protegidas com presença de povos indígenas e comunidades tradicionais protegem ao menos um terço (30,5%) das florestas do país (Oviedo & Doblas, 2022).

Dentre os territórios tradicionais regularizados, as Terras Indígenas (TIs) e Territórios Quilombolas foram destacados como os mais eficientes para a conservação, uma vez que sua gestão é mais autônoma do que em outras áreas protegidas (Oviedo & Doblas, 2022). Outro dado que evidencia a relevância desses sistemas de gestão socioambiental na conservação da biodiversidade é que nos últimos 30 anos, as TIs perderam 1% de sua área de vegetação nativa, enquanto nas áreas privadas a perda foi de 20,6% (MapBiomas, 2022). Apesar da sua importância demonstrada na conservação das florestas no mundo, mais de 33% dos 404 milhões de hectares ocupados por povos indígenas ainda carecem de reconhecimento formal e, portanto, estão vulneráveis à degradação socioambiental (FAO & FILAC, 2021).

Em 1992, a Convenção da Diversidade Biológica (CDB) reconheceu a importância dos povos indígenas e comunidades tradicionais ao incumbir os países signatários a 'respeitar, preservar e manter os conhecimentos, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas' (CDB, 1992). Alinhadas à CDB, a Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), criada em 2012, e a Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (BPBES), criada em 2015, reafirmam a importância dos conhecimentos e práticas tradicionais para a proteção da biodiversidade e seus benefícios e se comprometem a incorporar tais conhecimentos em suas práticas e avaliações. O 1º Diagnóstico Brasileiro Marinho-Costeiro reforça

esse comprometimento da BPBES, ao convidar representantes de povos indígenas e comunidades tradicionais das regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul do país a construir este capítulo, dedicado a caracterizar a zona marinha-costeira brasileira a partir de seus conhecimentos e percepções.

6.1.1 Povos indígenas e comunidades tradicionais no Brasil

O litoral do Brasil é povoado por indígenas, quilombolas, caiçaras, extrativistas marinhos e costeiros, incluindo a pesca e a coleta de mangaba, caranguejos, siris e mariscos, panelleiras, artesãs e artesãos, entre muitos outros povos com culturas e modos de vida próprios, refletidos na relação de vida que mantêm com os ambientes marinhos-costeiros. Apesar de serem numerosos e expressivos, esses povos e comunidades são frequentemente invisibilizados em estimativas oficiais - com raras exceções - e, conseqüentemente, negligenciados na elaboração de políticas públicas.

Na zona marinha-costeira brasileira, existem pelo menos 61 Terras Indígenas reconhecidas ou em processo de reconhecimento, totalizando mais de 816 mil hectares⁴, o que corresponde a apenas 2% da área terrestre da zona costeira⁵, sendo que 216 mil hectares sequer correspondem a TIs homologadas⁶. O Censo IBGE de 2010 reportou pela primeira vez a existência de 305 povos e 274 línguas indígenas, totalizando quase 900 mil pessoas indígenas autodeclaradas⁷. Considerando todas as Terras Indígenas reconhecidas ou em processo de reconhecimento, a população indígena na área costeira-marinha é de aproximadamente 78 mil pessoas de ao menos 14 povos distintos⁸. Porém, esses números estão certamente subestimados, pois não consideram a população indígena que não vive dentro de TI.

Já a população quilombola, estimada entre dez e quinze milhões de pessoas organizadas em mais de 6300 quilombos (CONAQ *apud* Cunha *et al*, 2022), foi recenseada pela primeira vez no ano de 2022. Nos municípios costeiros do Brasil, há 111 territórios quilombolas oficialmente delimitados (IBGE, 2019), ocupando uma área superior a 390 mil ha, equivalente a aproximadamente 1% da área terrestre da zona costeira

4. A estimativa da área ocupada pelas TIs foi feita considerando as TIs localizadas a até 20 km de distância da linha do mar, a partir do mapeamento feito pelo Instituto Socioambiental e disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>.

5. Considerou-se como a área terrestre da zona costeira a soma das áreas dos municípios costeiros (IBGE, 2021), de aproximadamente 42,7 milhões de hectares.

6. A homologação é o último passo no processo de reconhecimento jurídico de uma Terra Indígena, antes de seu registro oficial na Secretaria de Patrimônio da União. Para saber mais sobre esse processo, consulte: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcacao-de-terras-indigenas>.

7. Apesar da recente visibilização dos povos indígenas no Censo do IBGE, existem ainda desafios na apuração das estimativas, especialmente dentro das Terras Indígenas de difícil acesso. Uma fonte mais precisa para a população em TI demarcada é encontrada no Sistema de Informações da Atenção à Saúde Indígena (SIASI), vinculado à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) (Sanches, 2022).

8. Ver nota de rodapé n. 5.

brasileira⁹. Outras populações tradicionais¹⁰, como as caiçaras que ocupam territórios costeiros do litoral sul do Rio de Janeiro ao norte do Paraná, não são recenseadas com distinção de demais habitantes dessas regiões.

O Brasil é signatário de importantes marcos normativos internacionais que reconhecem os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, como a Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas, de 2007, e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada no país em 2002. Essa última, por tratar de Povos Indígenas e Tribais, tem sido utilizada em favor de todos os povos tradicionais, especialmente no que concerne seu direito à consulta livre, prévia e informada sobre políticas públicas e atividades que podem afetá-los.

No âmbito nacional, a Constituição Federal de 1988 reconhece os direitos territoriais aos povos indígenas e aos quilombolas. Seu artigo 231 afirma que os povos indígenas têm direito originário às terras tradicionalmente ocupadas. Dessa forma, o Estado brasileiro reconhece os povos indígenas como os primeiros habitantes dessas terras, cabendo-lhe o dever de demarcá-las e protegê-las. Ainda relacionado à Constituição Federal, o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determina a propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades dos quilombos. Como a existência desses povos e comunidades está estreitamente relacionada aos seus territórios, o direito a essas terras é fundamental. Esses direitos são reforçados por outros instrumentos específicos, como o Programa Brasil Quilombola e sua “Agenda Social Quilombola” (Decreto nº 6.261/2007) e a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (Decreto nº 7.747/2012).

Em 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT, Decreto nº 6.040/2007) amplia o entendimento jurídico da relação entre povos e comunidades tradicionais e seus territórios, ao defini-los como:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (PNPCT, 2007).

9. Ver nota de rodapé n. 5.

10. Para mais informações sobre quem são as comunidades tradicionais no Brasil veja, por exemplo, Cunha, M. C. da, Magalhães, S. B., & Adams, C. (Orgs.). (2022). Seção 16: Comunidades Tradicionais. Em: *Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças*. SBPC: São Paulo.

A PNPCT conta com o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais para sua implementação. O Decreto nº 8.750/2016 instituiu o Conselho e lista os grupos que o compõem: povos indígenas; comunidades quilombolas; povos e comunidades de terreiro/povos e comunidades de matriz africana; povos ciganos; pescadores artesanais; extrativistas; extrativistas costeiros e marinhos; caiçaras; faxinalenses; benzedeiros; ilhéus; raizeiros; geraizeiros; caatingueiros; vazanteiros; veredeiros; apanhadores de flores sempre vivas; pantaneiros; morroquianos; povo pomerano; catadores de mangaba; quebradeiras de coco de babaçu; retireiros do Araguaia; comunidades de fundos e fechos de pasto; ribeirinhos; cipozeiros; andirobeiros; e caboclos. Cabe ressaltar que essa listagem não é exaustiva e a composição do Conselho necessita ser revista à medida que novos grupos conseguem seu reconhecimento como povos e comunidades tradicionais e requisitam assento no Conselho.

Apesar dos avanços legais no Brasil pelo reconhecimento dos direitos de diversos povos e comunidades tradicionais, não há consenso sobre como nomear esses povos no nível normativo. Nesta publicação, usamos o termo Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (PICTs), seguindo a nomenclatura adotada pelo IPBES (IPBES/5/15) e acordada entre as autoras e autores. É imperativo usar a nomenclatura com a qual os próprios povos se autodeclaram, porém, o uso do termo, tanto no nível normativo quanto pelos movimentos sociais, é bastante debatido entre os PICTs. O Fórum de Comunidades Tradicionais Angra-Paraty-Ubatuba do litoral sul fluminense e norte paulista, por exemplo, utiliza o termo Povos Originários e Comunidades Tradicionais (POCTs). Ao mesmo tempo em que todos os grupos concordam com a necessidade de ação coletiva e buscam fortalecer a articulação e cooperação no território nacional, cada grupo tem histórias próprias e pautas e desafios específicos. Os povos indígenas, em especial, são os povos originários dessas terras, com direitos específicos reconhecidos constitucionalmente por isso. Dessa forma, destacar os povos indígenas no termo escolhido não busca promover uma ruptura, mas sim reconhecer a singularidade histórica desses povos originários. “Originários porque o contexto do processo colonial é muito perverso na parte da organização, articulação, nos conflitos e genocídios. [...] Povos tradicionais são todos os povos, com suas tradições e manifestações culturais. Povos indígenas originários voltam à questão [...] de um povo que já estava aqui antes do contexto da invasão”.

6.1.2 Os conhecimentos tradicionais no Diagnóstico Marinho-Costeiro

Os povos indígenas e comunidades tradicionais historicamente “manejam a água, a floresta, o ambiente como um todo. [...] Se ainda temos determinadas espécies de frutíferas, de vegetais, de animais, é exatamente por conta da sabedoria milenar, por conta do cuidado, da ação fraternal. [...] E isso só é possível com o conhecimento tradicional”. Neste capítulo coletivo, 17 organizações ou grupos (Tabela 1) contribuíram para registrar os conhecimentos tradicionais sobre a zona marinha-costeira brasileira e tecer um diálogo com os conhecimentos científico-acadêmicos que compõem majoritariamente os outros capítulos (ver Apêndice A.6 sobre o método de construção do documento). Além disso, o Diagnóstico Marinho-Costeiro da BPBES estimulou os autores de todos os capítulos a identificarem e incluírem os conhecimentos tradicionais, com base em registros já publicados e em colaborações mais pontuais com representantes PICTs.

Tabela 6.1: Organizações e grupos de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais que colaboraram com este capítulo, com abrangência de representação.

Organização	Abrangência
ANP - Articulação Nacional das Pescadoras	pescadoras artesanais, nacional
CGY - Comissão Guarani Yvyrupa	coletivos do Povo Guarani das regiões Sul e Sudeste
CNCTC - Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras	comunidades caiçaras, Sul e Sudeste
CNS - Conselho Nacional das Populações Extrativistas	comunidades agroextrativistas, nacional
CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos	comunidades quilombolas, nacional
CONFREM - Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas	territórios extrativistas tradicionais costeiros e marinhos, nacional
CPP - Conselho Pastoral dos Pescadores	pastoral social ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em apoio a comunidades pesqueiras, nacional
FCT Bocaina - Fórum de Comunidades Tradicionais Angra-Paraty-Ubatuba	comunidades tradicionais, Serra da Bocaina (RJ e SP)
Fapaes - Federação das Associações de Pescadores Profissionais e Aquicultores do Espírito Santo	comunidades pescadoras e aquicultoras, Espírito Santo
Fórum da Lagoa dos Patos	grupo multissetorial, que aqui foi representado por comunidades pesqueiras, Lagoa dos Patos (RS)
GPB - Grupo Pró-Babitonga	grupo multissetorial, que aqui foi representado por comunidades tradicionais, Baía da Babitonga (SC)
Levante pela Terra	povos indígenas, nacional
MOPEAR - Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná	comunidades pesqueiras da Ilha de Superagui (PR)
MPP - Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais	comunidades pesqueiras, nacional
Comunidade de pesca do Município de Araquari, Baía da Babitonga	comunidade pesqueira, Baía da Babitonga (SC)
Povo Pataxó, Terra Indígena Comexatibá, aldeia Dois Irmãos	comunidade indígena do Povo Pataxó (BA)
Povo Tremembé, Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú	comunidade indígena no Povo Tremembé (CE)
Quilombo Caçandoca	comunidades quilombolas, Ubatuba (SP)
Quilombo Santa Rita do Bracuí	comunidades quilombolas, Angra dos Reis (RJ)

Este documento busca representar a oralidade de quem o compôs, destacando, entre aspas, os trechos oriundos das falas e textos das pessoas que colaboraram no processo de sua construção. Essa construção resultou em um texto elaborado a partir das palavras das próprias autoras e autores, com mínimas edições gramaticais - apenas na transformação de falas para um texto escrito - e breves cortes e inserções de sentenças, para conectar as diferentes contribuições, produzidas pelas organizadoras do capítulo e aprovadas por quem participou do processo.

Aqui, o próprio conceito de conhecimento tradicional é apresentado a partir das perspectivas dos representantes dos PICTs. “Falar sobre o conhecimento tradicional é muito complexo. É algo particular de cada pessoa, e conceitos não são suficientes para explicar”. “Tradicionalidade é como um curso de um rio. A mobilidade litoral, o vai e vem da pesca, do manejo da água, do mar, dos igarapés [...] é a certeza da importância de afirmar essa vivência, esses valores tradicionais para garantir a saúde do planeta e as diferentes vidas que concomitantemente se pertencem nesse espaço de bens comuns”. O conhecimento tradicional “é a prática da vivência equilibrada entre o homem e a natureza. Tem muito a ver com a mística e própria religiosidade da pessoa. Lembrando que a religião vem do latim e significa ‘*religare*’ algo que está ligado com algo místico. Essas pessoas são muito místicas, muito religiosas e não perderam essa mística, esse ligamento com a natureza. Dentro dos povos tradicionais a ligação é muito forte”. Representando modos de ser e estar em cada território, com respeito a toda a vida ali presente, “o conhecimento tradicional é a prova cabal de que a civilização originária é uma civilização de prolongamento de vidas”.

Esses conhecimentos se manifestam na sabedoria popular, nas práticas diárias, no saber-fazer. São “conhecimentos tradicionais de mexer com as folhas que a natureza oferece. A arte da construção de artesanias, de fazer uma casa. Tem o conhecimento específico, o momento certo de ir para a floresta; de fazer o corte do chamado pau a pique, do bambu; de tirar o barro; de fazer a base com pedra”. É um conhecimento “criado dentro de casa”, “calcado na oralidade, na observância, no sentir o próprio corpo que vibra”.

A inclusão dos conhecimentos tradicionais no 1º Diagnóstico Brasileiro Marinho-Costeiro é um marco pois agrega conhecimentos e representatividade das diferentes realidades de nossa zona marinha-costeira tornando este Diagnóstico mais completo e inovador. “Incluir o saber dos povos originários e das comunidades tradicionais é o reconhecimento que a ciência não é somente para quem possui a chamada Cátedra, ou formação acadêmica. [...] Que seja produzido e mostrado para toda a comunidade que a ciência foi praticada pelos povos, e não só brasileiros, mas todos os povos das Américas. [...] Isto precisa ser colocado em livros, em fotografias, em áudios, em imagens: os povos originários, os povos tradicionais, sempre respeitaram o meio ambiente. [...] Fica aí a importância do nosso lugar de fala”. “Nós [pescadores tradicionais] temos conhecimento que não é qualquer pesquisador que tem. Temos que trabalhar a teoria e a prática. A turma da teoria tem que concordar com a prática, e a turma da prática com a teoria. E aí nós vamos chegar num futuro bom”.

Registrar e transmitir os conhecimentos e as perspectivas dos PICTs sobre seus pró-

prios territórios no 1º Diagnostico Brasileiro Marinho-Costeiro é, sobretudo, um ato político voltado para o fortalecimento de suas lutas e da importância da participação social na tomada de decisão. “É importante introduzir o conhecimento tradicional porque o [extrativista] tradicional mora na beira da água, vive da água, trabalha dentro dela. Ele é a favor do meio ambiente, não estraga nada; ele extrai o que traz para comer e para vender”. “Ele [o extrativista tradicional] sabe que se ele não preservar, daqui há uns anos não vai mais existir o recurso natural para que ele viva, para que continue a cultura, os conhecimentos e saberes que cultivava há tantos anos”. “Ele é criado e sabe o que dizer, mas o pescador não está tendo a chance de falar disso, ele é podado”.

Essas vozes são negligenciadas e marginalizadas por um “sistema político de desenvolvimento antagônico e excludente [...] que impõe o padrão do desaparecimento das espécies de vida, incluindo a vida humana”. Iniciativas como esta possibilitam que se “dê visibilidade de que existe o pescador, o caiçara, o indígena e que eles retiram o seu sustento da natureza. [...] Também é importante para preservar o território. [...] Pois, a partir do momento que eles [tomadores de decisão] souberem que [...] existem pescadores artesanais que usam o porto, que preservam os mangues, a procriação e reprodução do pescado, eles vão criar medidas e leis que preservem aquilo ali. Muitas coisas que estão acontecendo hoje não têm esse olhar, pois acham que não tem mais pessoas que vivem da pesca artesanal”.

A seguir, apresentamos os conhecimentos dos PICTs em quatro seções: (i) Os ambientes marinhos-costeiros: fonte de vida e tradição, (ii) A zona marinha-costeira ao longo do tempo: mudanças e suas consequências, (iii) Visões de futuro, e (iv) Caminhos para um futuro melhor.

6.2 Os ambientes marinhos-costeiros: fonte de vida e tradição

“Primeiro a gente tem que saber o que é sistema. [...] Para mim, significa ciranda de vidas. Ciranda de vidas, na qual ela gira e dá muita riqueza para nós”.

Os ambientes marinhos-costeiros se estendem do norte ao sul do Brasil compondo diversos biomas. Na região Amazônica, “a zona costeira-marinha contém a maior faixa contínua de manguezal. [...] E todo o litoral às vezes é invisibilizado. É um ecossistema que carece de muito cuidado, atenção e visibilidade. [...] Só na região do Salgado, no estado do Pará, nós temos sete Unidades de Conservação, as RESEX [Reservas Extrativistas] marinhas. Temos quatro na região de Caetés, uma no Marajó e não se conhece isso. [...] Nós aqui no litoral amazônico não temos cultura nem de consumo nem de pesca de lagosta. No entanto, somos o maior berçário da espécie, especialmente no Amapá. A gente sabe que elas nascem e se desenvolvem aqui, depois descem para o Nordeste onde acontece a engorda e no Ceará se faz a pesca. A gente precisa dar credibilidade, visibilidade” para o ambiente marinho-costeiro. Do nordeste ao sul do país, “na costa, podemos encontrar as florestas que compõem a Mata Atlântica, como também os ambientes de manguezal, restinga e os ecossistemas marinhos. Encontram-se entre eles algumas espécies como bromélias, orquídeas, ipê, palmeiras, quaresmeira, pau-brasil, cipós, jacarandá, peroba, jambo, jequitibá-rosa, imbaúba, cedro, tapiriria, andira, ananás e figueiras”.

A importância dos ambientes marinhos-costeiros é reconhecida na produção de oxigênio, na manutenção do clima e da vida. Eles são descritos como espaços que contribuem “de uma forma maravilhosa com a questão ambiental, com a questão das arborizações, do oxigênio”, que gera “o ar puro que a gente respira”. São ambientes relacionados à “sustentabilidade do clima. Ele [o ambiente marinho-costeiro] precisa ser cuidado para controlar o nosso clima, o nosso ambiente”.

São ambientes importantes pois estão ligados à manutenção da vida, no mar e no continente, reconhecidos como “um espaço de vida, um espaço de diversidade de espécies nativas”. Eles são “espaços [...] de reprodução de espécies de peixe, de crustáceo”, fornecendo as condições para a reprodução de diferentes espécies de animais (peixes, crustáceos, moluscos, aves, mamíferos, entre outros) e vegetais. O movimento das águas do Oceano, as correntes marinhas e a maré, “também regula nossos rios, as terras, ilhas; [...] nossos mangues são berçários e dependem da movimentação das águas marítimas”. “Os manguezais são berços marinhos, são como maternidade. Todo o peixe do mar grosso vem se produzir aqui, vem se procriar aqui. Eles ficam desde a ovulação, o nascimento, até a fase juvenil [...] resguardados nesses manguezais, nesses rios, nesses regatos”.

Na zona marinha-costeira brasileira foram desenvolvidas culturas e identidades específicas dos povos indígenas e comunidades tradicionais que a habitam. Suas histórias e relações com o Oceano foram construídas e transmitidas de geração em geração. “Eu lembro que desde criança eu sempre brinquei na água, sempre nadei no mar. [...] São encontros entre diferentes gerações onde a gente tem possibilidade de continuar brincando nesses ambientes. [...] É uma escola viva. Tudo é aprendido. [...] Todo esse modo de vida que a gente tem aqui é muito simples, mas muito rico, muito dinâmico”. Os conhecimentos passados ao longo das gerações envolvem o saber-fazer, as relações culturais, espirituais e o conhecimento para tirar do mar e da terra o alimento, o sustento e o remédio como “um cânfora, que a gente chama de vassourinha, que a gente tira da terra e tem um cheirinho de gelol”.

São diversos povos que fazem parte dessa rede de identidades ligadas aos ambientes marinhos-costeiros. Os povos indígenas são reconhecidos como os povos originários dessas terras, cujos modos de vida vêm resistindo aos desafios impostos a partir da colonização há pelo menos 500 anos. “Para nosso povo, os ambientes do litoral, que envolvem a costa e o mar, são lugares que estão entrelaçados em nossa história, memória, sabedoria, saúde física e espiritual, além de indissociável de nossa alegria no presente e futuro”. “As ilhas, as regiões das baías, as serras, os morros, as encostas de rios são alguns dos locais tradicionalmente ocupados pelos Guarani há séculos, e que têm sido escolhidos para se viver, para dar continuidade ao nosso modo de existência, nhandereko”.

“É exatamente pelo Oceano que se inicia todo o processo de colonização do nosso território”, onde se inicia a história de muitos outros povos e onde está plantada a raiz de suas ancestralidades. A manifestação de um quilombola, por exemplo, revelou que “[o] ciclo de vida marinho-costeiro está intrinsecamente ligado à minha comunidade,

pois pelo mar viemos nos navios tumbeiros. Enquanto a roça não estava no ponto de colheita, o sustento sempre veio do mar e da costeira e isso é feito até hoje. [...] Cada praia e costeira é um relato vivo de nossa memória ancestral que vem através da oralidade dos mestres griôs, que ainda vão pro mar atrás do alimento”, ultrapassando o aqui e agora, e conectando passado, presente e futuro.

Cada território “é um espaço de luta, de identidade, de história, de cultura, principalmente e acima de tudo, de resistência. (...) E também um espaço de sobrevivência”. “A nossa zona costeira contribui para ter uma identidade. Ela tem uma identidade na sua trajetória. (...) E ela contribui na nossa forma de fazer, de existir, de ser. (...) Ela faz uma união em uma rede absurda entre nós”, “o que nos unifica é o nosso modo de produção, que é familiar”.

A sobrevivência é expressa nos modos de vida e atividades tradicionais, como o extrativismo e a pesca artesanal e de pequena escala, sendo que a maioria “do peixe que vai pra mesa da nossa população brasileira vem da pesca artesanal”. “As áreas marinhas e costeiras no Brasil são uma fonte de alimento pros pescadores e pescadoras”. Um alimento que contribui para a segurança alimentar de muitas famílias. “A gente nasce e cresce comendo os animais, todo o alimento que é oferecido pelo mar. (...) Eu sempre falo que a gente pesca no mar, a gente pesca no rio, a gente pesca no costão, nas pedras, a gente pesca na areia. Então é uma diversidade de pesca, de animais, de vida. E tudo está relacionado um com o outro”. “Eu que amo peixe, fui criada dentro do manguê com minha mãe pegando caranguejo, marisco, siri, ostra, tudo ela trazia do mar. Eu digo que o mar nos sustentou. Mar para nós não era visto como uma coisa para ficar lá sentado, era visto como um supermercado”. “A gente nunca passou necessidade, porque a gente sai daqui vai ali e pega um peixe, pega um siri, pega o marisco, pega uma ostra [...]. A gente consegue alimento fácil aqui, não existe miséria”.

O pescado é também uma fonte de renda. Os ambientes marinhos-costeiros “empregam outros milhões de trabalhadores, incluindo pescadores e pescadoras artesanais, [e pessoas empregadas no] tráfego marítimo”. Ainda assim, a ideia de trabalho está subordinada à possibilidade de autossustentação, como citado a seguir: “Uma vez que a pessoa perde o emprego e fica desempregada, ela já sai correndo e vai trabalhar na Baía da Babitonga. [...] Então, se ela não consegue tirar um dinheiro, pelo menos o alimento para a sua família ela consegue”.

Além do pescado, o turismo passa a ganhar cada vez mais importância para geração de renda local, com a possibilidade de manutenção das culturas costeiras. “O turismo cresce fortemente aqui. Então a gente também cria renda com turismo”. Mas não se trata de qualquer turismo, “em cada pedaço do Brasil existe o turismo de massa e o turismo tradicional, o turismo de base comunitária. Então ele [o turismo] contribuiu também para esse novo olhar avassalador que chegou no nosso meio, que foi turismo de massa. Hoje, a gente está conseguindo reverter esse olhar, com muito trabalho”.

Para todos os seres humanos que buscam no Oceano qualidade de vida, ele serve como um ‘remédio’ que promove o bem-estar. “Eu falo sempre que o remédio do pes-

cador, o remédio dos caiçara, dos extrativistas, dos nossos agricultores familiares que têm a pesca e a agricultura, que esse é o remédio tarja azul. Quantas vezes eu vejo os nossos pescadores felizes, indo pescar, indo tirar o seu sustento do mar. Não tem depressão que entra, não tem doença que entra”. “Os médicos começaram também a indicar para as pessoas que tinham alguns problemas de saúde virem tomar banho de mar, de sol na praia”. Dessa forma, é possível considerar que “um ambiente equilibrado, ele traz vida para as pessoas que estão lá nas grandes cidades também”.

Os depoimentos dos povos indígenas e comunidades tradicionais ressaltam a importância do mar para a sociedade como um todo, mas também demonstram haver diferenças em como diferentes grupos dependem e se relacionam com esses ambientes. Seguem-se alguns exemplos: “E é nessa certeza que os povos indígenas do Brasil, do Ceará, têm um espaço do litoral como espaço sagrado de espiritualidade, de festejo de fé, de crença, de religiosidade, da cultura [...]. A gente anualmente faz os festejos [...] e outros rituais na praia para que a gente venha a invocar a força, a resistência, a encantaria dessa potencialidade do mar. O litoral não só é um espaço que faz parte do ambiente da natureza, mas hoje, ele é um espaço importante, que quem mora nesses espaços necessita tanto espiritualmente quanto fisicamente para poder viver bem e melhor, por isso que a gente precisa protegê-lo e cuidar”. Os maretórios¹¹, assim como os territórios, são entendidos como “lugares sagrados onde existem vidas que alimentam outras vidas e seres humanos” sendo parte das culturas e identidades desses povos, as quais estão diretamente relacionadas à manutenção desses ambientes. “Toda a nossa cultura depende muito de um ambiente marinho bem preservado”.

6.3 A zona marinha-costeira ao longo dos tempos: mudanças e suas consequências

Os processos de uso e ocupação da zona marinha-costeira modificam seus ambientes e, quando insustentáveis, causam poluição, degradação ambiental, e perda de habitats, afetando a vida marinha e o próprio ser humano. “As mudanças dos ecossistemas marinho e costeiro devem-se à pesca e à coleta predatória, fora isso [tem] o aterro contínuo de manguezais e áreas de restingas que são modificadas pela especulação imobiliária, que expulsa comunidades tradicionais inteiras comprando a terra e a identidade do caiçara-quilombola; mudanças de cursos de rios que desaguavam no mar, e que eram fundamentais no ciclo de reprodução; aprofundamento de canais de estuários, plataformas de prospecção de petróleo, obrigando a mudanças da rota pesqueira”.

Em alguns locais, praias, manguezais, canais, barras e rios passam por processos de assoreamento e erosão que mudam as características dos ambientes. Na região norte, há relatos de “desbarrancamento e queda das matas; assoreamento com aparecimento de grandes praias no litoral; aumento do nível do mar”. No sudeste, “a gente percebe muito o avanço do mar no continente. Tem lugares em que várias casas foram derrubadas. Os barrancos cada vez mais vão sendo comidos pelas marés. Cada vez que dá uma maré alta, tira um pedaço do barranco”. No sul, temos o exemplo da Baía

11. Termo utilizado por algumas comunidades tradicionais extrativistas marinha-costeiras para fazer referência à área utilizada por tais comunidades para reprodução de seus modos de vida.

da Babitonga: “Nosso Linguado [canal da Baía da Babitonga] assoreou tudo, são quilômetros e quilômetros de lama”. “O Canal [Linguado] antigamente dava 18 metros de profundidade na beira da BR [estrada federal BR 101] e agora não dá dois, um metro de água, é muito assoreamento, muita lama”.

Tais mudanças impactam a saúde do ambiente e prejudicam diretamente o próprio modo de vida tradicional e a saúde das populações. “A gente percebeu que o rio está sendo soterrado. E isso está impactando as espécies existentes dentro do rio, os crustáceos, e o manejo de subsistência, de sobrevivência desses pescadores, pescadoras, marisqueiras e marisqueiros, que não só estão no mar, mas também no rio, para sobreviver. Os impactos de desmatamento e queimadas nas áreas de mangue afetam diretamente a sobrevivência e o processo de reprodução desses peixes, das aves. Então, isso também é um olhar preocupante”. “O impacto não é só a maré seca, a maré cheia ou a espécie que nasce e morre. Mas um contexto onde cada família que sobrevive e necessita daquela área marítima, sofre também esses impactos”. “Hoje o que a gente vê em algumas aldeias indígenas? As crianças doentes pelo mercúrio, pelo óleo derramado no mar, pelo óleo derramado no rio”.

Ao longo dos anos, as populações que tradicionalmente habitam a zona costeira brasileira acompanharam o surgimento de cidades, instalação de grandes empreendimentos, mudanças do uso e ocupação sobre seus territórios: “Esse avanço da especulação imobiliária sobre a faixa litorânea é uma coisa horrorosa. [...] A gente vê mega empreendimentos avançando sobre a área de costeira, avançando sobre praia, sobre a área de restinga, sobre o curso de rios”. “A gente teve muitas áreas de manguezais, áreas mais alagadas, que foram totalmente aterradas para se construir novas moradias, condomínios de luxo”. “E essas construções irregulares na beirada da água - que acontecem no mundo, no Brasil inteiro - eles [empreendedores] constroem sem licença; fazem e a polícia não liga. Eles derrubam e fazem o que querem. Tiram as dunas, pintam e bordam”. “Estão formando cidades na beirada da água depois estão puxando a terra de alto mar para aterrar e fazer praia. [...] Aí eles fazem um buraco fundo na costa, depois aparece o tubarão e dizem que o tubarão está atacando”.

A ocupação da zona marinha-costeira não vem acompanhada da infraestrutura necessária para garantir a qualidade do ambiente, resultando em poluição de diversos tipos. Nas regiões costeiras, a falta de saneamento básico é evidente: “[as construções] estão crescendo muito e o esgoto vai para as nossas lagoas de qualquer jeito, pelas bocas de lobo, asfalto, vai para as nossas lagoas e, assim, vai pelas nossas barras também para o mar”. “E quando você vai curtir uma praia, você pega uma bactéria. Você sente a lama no seu pé, o mau cheiro. Tudo isso é impacto de nós seres humanos ou de algum empreendimento grande, que traz esse mal-estar para a sociedade”. “O esgoto corre para a praia e o lixo fica todo lá empilhado. Então é um tiro no pé do pescador. [...] A tartaruga vai comer aquilo que está ali, vários peixes vão comer a sujeira que vai para lá”.

Além do esgoto e lixo, a intensificação da presença humana no mar também causa poluição sonora que afeta a biota: “Um dos fatores que acaba, afasta, espanta os camarões e até alguns cardumes é a poluição sonora. É muito barulho de embarcações”.

Questão também presente em atividades de prospecção mineral: “começa com uma pesquisa sísmica que vai com um navio com 12 cabos com 6 milhas de comprimento. [...] Esse navio sísmico vai soltando explosão na faixa de 12 a 16 tiros por minuto, saindo do navio com 80 decibéis e chegando no fundo do mar com 220 decibéis. Eles fazem isso para capturar o som que atinge o solo e depois retorna para os cabos para saberem onde tem petróleo ou não. Eles fazem isso principalmente na época da desova dos nossos pescados. E quando nós perguntamos o que acontece [...] até hoje eles não deram uma resposta porque não tem pesquisa para isso”.

“Hoje [a zona marinha-costeira] é um dos maiores espaços que tem crimes, danos, e impactos. Tem lixo, desmatamento, queimadas, destruição, mudanças de espaços nativos. [Tudo isso] também impacta a sobrevivência das espécies que temos dentro do território”. Esses impactos alteram tanto a quantidade de espécies e os tamanhos populacionais [número de indivíduos], quanto a própria anatomia [tamanho dos indivíduos] e morfologia das espécies: “São os casos do marisco, que não se desenvolve mais no mesmo tamanho, e também do saguaritá, um tipo de caramujo que dá na costeira, que também já não é do mesmo tamanho”. Ainda, nota-se o aparecimento de espécies invasoras: “A gente está se deparando com esse desequilíbrio ao ponto de os manguezais serem devorados por lagartas, porque o desequilíbrio do ambiente trazido pela poluição química resulta na mortandade de árvores e do manguezal. Pra gente foi muito estranho ver a lagarta devorar mangue e é muito mangue [na região de Ilha da Maré, BA]. E aí quando a gente vai procurar saber por quê ou é poluição química, ou o desequilíbrio da falta de pássaro que consiga comer as lagartas”.

Além de terem seus modos de vida afetados pela degradação ambiental, as populações tradicionais sofrem com a expulsão de seus territórios em terra e no mar. “A gente está vendo aqui na nossa região [no litoral de Santa Catarina¹²] os grandes resorts, loteamentos, empreendimentos, avançando cada vez mais nos costões, para as nossas áreas marinhas. Com isso, muitos caminhos da nossa tradição estão sendo perdidos, sendo fechados”. “Lá na comunidade [no município de Ubatuba, SP] a gente sofreu expurgo, foi retirado de dentro de nosso território que é uma região de Mata Atlântica”. Com os processos de urbanização avançando sobre áreas ocupadas e utilizadas por povos e populações tradicionais, a zona marinha-costeira brasileira tornou-se um espaço de disputas e conflitos. O sistema de governança e o modelo de desenvolvimento vigentes favorecem o acúmulo de capital e a instalação de grandes empreendimentos, submetendo comunidades tradicionais costeiras a situações de expropriação e violência que ameaçam sua própria existência.

Envolta em uma narrativa de progresso e desenvolvimento, a ideia de *modernidade* preocupa os PICTs que entendem que ela traz empreendimentos que destroem os ambientes marinhos-costeiros e causam tragédias socioambientais que não recebem a devida atenção dos gestores públicos. “Então o desafio hoje é essa modernidade. (...) Essa decomposição do ambiente saudável cada vez maior”. “Os ecossistemas marinhos e costeiros de nossas regiões sofrem constantes ameaças, são investidas de

12. Para conhecer mais sobre a pesca artesanal no litoral de Santa Catarina, veja: Documentário “Guardiões da Pesca - Laguna/SC”, em <https://www.youtube.com/watch?v=oXhs2YTplnI>

cunho desenvolvimentista que se sobrepõem às ideias e iniciativas de conservação e preservação desses ecossistemas”.

Trata-se de um modelo neoextrativista¹³ que prioriza investimentos em atividades industriais como portos, usinas, plataformas de prospecção de petróleo, gasodutos e parques eólicos. Esses empreendimentos ocupam e transformam a zona marinha-costeira, preocupando os PICTs. “Os grandes empreendimentos, sejam eles na cidade, ou sejam eles aqui no mar [...] causam tanto impacto quanto uma empresa na cidade, mas que joga seus resíduos no mar. Quem está aqui na ponta, como os pescadores e pescadoras principalmente, ou os moradores que usufruem diretamente do mar, sentem na pele”. “Eu estou num estado [Espírito Santo] que tem menos de 500 km de costa e infelizmente nós já temos 11 portos e uma previsão de serem criados mais 27. Alguns já estão licenciados, outros já em início de construção e outros para licenciar. [...] No nosso estado, já tem muitas plataformas [de prospecção de petróleo], tanto do mar quanto internas. De vez em quando dá vazamentos e a gente não vê nenhuma providência dos nossos governantes”.

Alguns empreendimentos que poderiam gerar melhorias para os modos de vida locais, quando não são implantados com a participação dessas populações, terminam por gerar mais impactos e conflitos. “O que nos preocupou durante esses 20 anos foi a implantação de [plantas de energia] eólica no litoral do estado do Ceará. Eu acho que é um dos empreendimentos mais impactantes e que vem tendo um olhar ganancioso. Essas eólicas que foram implantadas causaram uma erosão muito grande no rio. Devido a ser dunas móveis, o processo de erosão intensificou” (Ver Quadro 6.1). “A gente começou a querer discutir de fato a questão do pré-sal que nos é muito caro. Os impactos no mar, principalmente, mas também na terra. A duplicação da [Rodovia] Rio-Santos, o aumento da área portuária e uma série de coisas que nos afeta [...]. Ele [o pré-sal] afeta toda a cadeia econômica da região, desde Santa Catarina até o Espírito Santo. Vem arrebatando e as comunidades vão sendo afetadas. E isso é irreversível. [...] Como a instalação mar adentro não afeta as correntes marítimas, a produção de pescado e o pescador? Afeta tudo para o interesse de meia dúzia”. Da mesma forma que no Ceará, a região da Lagoa dos Patos (RS) também tem sido alvo de conflitos devido à tentativa de concessão da área para a implantação de parques eólicos¹⁴.

13. Neoextrativismo se refere aqui ao modelo de extração de recursos naturais gerador de impactos socioambientais insustentáveis, como a mineração e a exploração de petróleo. Pode ser definido como um “estilo de desenvolvimento baseado na apropriação da natureza, que alimenta uma estrutura produtiva pouco diversificada e altamente dependente da inserção internacional como fornecedores de matérias-primas” (Gudynas, 2009). Não é sinônimo e não deve ser confundido com o termo “extrativismo” citado ao longo do documento, se referindo ao extrativismo tradicional. Este, por sua vez, envolve atividades de pequena escala, amplamente diversificadas e sazonais, incluindo a extração de recursos não apenas do mar, mas dos mangues e da mata de transição, como a coleta de frutas, sementes, raízes, palha e barro.

14. Para saber mais, leia o manifesto contra a concessão onerosa da Lagoa dos Patos: <https://sul21.com.br/opinioao/2022/02/manifesto-contr-a-concessao-onerosa-da-lagoa-dos-patos/>

Quadro 6.1: Geração de conflito territorial: Energia Eólica *offshore* no Ceará*Contribuição: Ezequiel Tremembé*

Tida como uma fonte de energia renovável e com baixa emissão de gases do efeito estufa, a energia eólica passou a receber mais investimento no Brasil a partir de 2002, por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). O nordeste concentra 80% da produção atual no país, sendo que o Rio Grande do Norte e o Ceará ocupam a primeira e terceira posições, respectivamente. Todos os parques eólicos em operação localizam-se em terra, porém o potencial de aumentar a geração de energia com usinas instaladas no mar (*offshore*) tem sido incentivado pelos governos.

“Hoje no estado do Ceará e até no Rio Grande do Norte, por que não dizer no nordeste, tem a implantação de eólicas, principalmente na terra, mas também agora é um desejo das empresas implantar essas eólicas no mar. [...] A energia eólica não é uma energia limpa, mas sim um instrumento de impacto, uma energia que promove um grande impacto dentro desses territórios e nas proximidades deles. Hoje é uma ambição dessas empresas para dentro dos territórios, implantar dentro do mar os parques eólicos. A gente já vem sofrendo com alguns outros impactos. No Ceará a gente tem o exemplo do petróleo no mar, daquele óleo preto que encalhou muito no nosso litoral, também a dificuldade no processo de reprodução das tartarugas em áreas que eram para ser restritas, mas tem fluxo [de embarcações]”. Apesar de ser considerada uma fonte de energia renovável, os parques eólicos podem gerar diversos impactos socioambientais. O próprio conceito de “energia limpa” é então posto em questão pelos povos indígenas e comunidades tradicionais que têm seus territórios impactados. Em terra, estudos publicados pela Universidade Federal do Ceará (UFC) demonstraram o impacto na movimentação de dunas e a impermeabilização do solo, por exemplo. Relatos de alteração na produção agropecuária, piora na saúde mental e contratos abusivos pelas empresas de geração de energia eólica são comuns nas áreas onde os parques já foram implantados, como nos mostra o Documentário da Fetape “A Armadilha da Energia Eólica”. No mar, a área ao redor dos parques precisaria ser isolada, demandando um regime de uso privativo¹⁵ que restringe o exercício de outras atividades, como a pesca, na região. Além disso, a presença das estruturas pode funcionar como um substrato para fixação de espécies exóticas e gera mudanças na movimentação da fauna marinha, o que pode afetar o ciclo reprodutivo de algumas espécies e levar ao desaparecimento local de outras. Quando afetam espécies de interesse econômico, essas mudanças aumentam o impacto sobre a pesca e consequentemente sobre os modos de vida locais.

15. O uso privativo dos bens públicos ocorre nas hipóteses em que o Poder Público consente com a sua utilização por determinado particular com exclusividade, isto é, em detrimento dos demais possíveis interessados (EPE, 2020)

“Eles [empresas/governos] afirmam que é uma energia limpa, verde, que é aquele processo de geração de energia que não gera tanto impacto como outros meios que produzem energia, mas que, de fato, para se construir essa energia, é necessário o impacto grande [...]. Ao redor do nosso território Tremembé da Barra do Mundaú, por exemplo, aqui no Ceará, a gente vê muito ao redor de nossas fronteiras a eólica. [...] A gente já viu muito sofrimento, a gente percebe e vê atualmente a dificuldade de água, de acesso a esses espaços que antes eram um percurso, um fluxo de pedestres, animais, veículos e que hoje é tudo fechado, privado. Então a gente vê o grande impacto que dá”.

De acordo com o Ibama, em agosto de 2022, havia 66 projetos de complexos eólicos *offshore* com processos de licenciamento em andamento no Brasil. Destes, 18 localizam-se na costa do Ceará e somam mais de 3.000 aerogeradores que cobririam praticamente toda a extensão costeira do estado. Segundo o Mapa de Conflitos organizado pela Fiocruz, “é importante chamar atenção para o fato de que nos 573 km de costa do estado habitam pelo menos 110 comunidades (pescadores artesanais, populações indígenas e quilombolas e agricultores camponeses), constituindo parte significativa da população e história do Ceará. Essa população é caracterizada por sua relação sustentável com o ecossistema e a biodiversidade da região. Na interação direta com a terra, as águas, a fauna e a flora constroem culturas: trabalho, expressões artísticas, religiosas, organização comunitária etc. A agricultura camponesa e a pesca artesanal são as principais formas de trabalho desses grupos na construção de seus modos de vida”. Portanto, a alta concentração de projetos eólicos no Ceará representa uma ameaça direta à sobrevivência das populações tradicionais que vivem da pesca.

Populações tradicionais já vinham chamando a atenção para os impactos dos parques eólicos instalados sobre dunas e manguezais e agora soma-se a preocupação com o mar. Muito embora a expansão dos parques eólicos em ambiente marinho possa representar um potencial positivo para a matriz de energia renovável no país, com impactos menores se comparados a outras formas de geração de energia, ela pode gerar graves impactos socioambientais. Portanto, antes de sua implantação, é primordial a consulta livre, prévia e informada às populações diretamente afetadas por esses empreendimentos.

Mais informações em:

Processos de licenciamento ambiental de eólicas offshore abertos no Ibama até 02 de agosto de 2022 - Mapa em PDF; <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ce-agricultores-familiares-e-pescadores-artesanais-de-itapipoca-lutam-por-seus-direitos-territoriais-politicos-e-ambientais/> Documentário “A Armadilha da Energia Eólica - Os impactos desses grandes empreendimentos em Pernambuco”, Fetape: https://www.youtube.com/watch?v=leQ2UA_3v_8
EPE. (2020). EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. ROADMAP Eólica Offshore Brasil. Perspectivas e caminhos para a energia eólica marítima. Rio de Janeiro, Brasil, 140p. Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-456/Roadmap_Eolica_Offshore_EPE_versao_R2.pdf. Acesso em: 15 de dezembro de 2022.
Gorayeb, A., Brannstrom, C., & Meireles, A. J. A. (Orgs.). (2019). “Impactos socioambientais da implantação dos parques de energia eólica no Brasil”. Fortaleza: Edições UFC. 304 p. http://www.observatoriodaenergiaeolica.ufc.br/wp-content/uploads/2019/07/livro_web.pdf

“Tudo isso e mais um bocado está dentro da Economia Azul que o governo implantou agora [...] e que praticamente privatiza o mar. O estado do Espírito Santo está loteado pelas empresas de petróleo, plataforma, mineroduto, gasoduto. E agora querem implantar o sal-gema no norte do estado, a região mais sofrida. Nós conversamos com os companheiros do Rio Grande do Norte e eles falaram do impacto que isso traz nas comunidades, tanto para o meio ambiente como para a sociedade do entorno. Câncer de pele, problema de vista... É uma tristeza, fora muitos outros mais que vêm aí com essa lei da Economia Azul. [...] E nós perguntamos: para quê e para quem?”.

Dentre as atividades industriais, destaca-se o aumento da pesca industrial como grande impacto à pesca artesanal e aos pescadores e pescadoras. “Esses grandes barcos, eles vêm para sugar toda a riqueza que a gente tem. Que é cultural, que é a paz social, da mulher, da criança”. “O Oceano está pobre, a pesca industrial é tão feroz, lá no Oceano, que aqui a gente não consegue pegar quase mais nada. Os animais, os peixes que tentam vir para desovar dentro de nossas regiões são capturados lá no Oceano”. “E os cardumes não encostam porque a pesca industrial não deixa. Quando localizam cardumes, eles [os barcos industriais] operam até acabar. Enquanto não acaba, eles não param de operar. [...] A pesca industrial hoje está jogando muito solto, muito aberto. E os governos não estão atentos para isso, pelo contrário, estão incentivando”. “A política que está sendo estabelecida é a política do criar o pescado para fortalecer e favorecer os empresários e passar por cima dos territórios tradicionais”.

Ainda se tratando de impactos de atividades pesqueiras, a pesca esportiva também é descrita como “uma das coisas que está acabando com o pescador artesanal em toda a costa brasileira e nos rios. Tem que [...] botar regra. Existia regra e o pescador de linha, turismo, pesca esportiva [podia capturar] 10 kg e 1 unidade [uma espécie]. Hoje eles pegam 300, 400 kg. Não tem fiscalização em lugar nenhum. Dizem que não dá para fiscalizar, mas é uma grande mentira. Porque eles [pescadores esportivos], para sair em praia aberta, o mar tem que estar muito bom. Eles saem do porto, é fácil de controlar. Eles [Secretaria de Aquicultura e Pesca] deram carteira para todo mundo. Nós vemos isso como um grande desrespeito para com a natureza e os sobreviventes da pesca artesanal”.

Todos os projetos desenvolvimentistas mencionados são vistos, portanto, como ameaças à continuidade dos modos de vida tradicionais. “Essa questão de tudo que é grande é bom. Não! Não é bom. Porque a gente perde a nossa cultura, a forma que o nosso pai nos ensinou a pescar, a hora de pescar”. “Está me preocupando muito, neste momento aqui na nossa região [no litoral de Santa Catarina], a mudança de canoas a remo para canoas a motores, em arrasto de praia. E o mais triste é que tem gente comemorando isso, da própria pesca artesanal. Eu acho que isso é uma perda da tradicionalidade, é uma perda de cultura. [...] Então o artesanal vai perdendo as suas características com essa visão de ter, de ter mais. E não é nisso que a gente tem que mudar e pensar. O capitalismo vai chegando nas nossas comunidades e vai parecendo que é um ganho, e não é, porque não é a qualidade, é a quantidade”. “Há 40 anos, aqui na minha comunidade, não tinha aparecido ainda embarcação a motor. Os petrechos

de pesca sofreram uma evolução que deixou com uma condição de pesca gigantesca. [...] Os meus avós faziam redes com fibra de tucum, faziam redes artesanais. Hoje a gente pode vir na cidade, juntar um pouco de dinheiro e comprar muita rede. [...] A gente vê esses pescadores que pescavam linguado, um tempo atrás, com rede de 100 braças, com rede pequena, hoje com rede de dez quilômetros. Essa mudança toda, essa voracidade da nossa própria pesca, da nossa própria necessidade de ganhar dinheiro, acaba colocando a gente em uma situação perigosa com a natureza, muito perigosa". "Infelizmente, em nome do progresso, em nome do capital, o ser humano acaba com o seu próprio meio de vida, com o seu próprio ambiente".

A perspectiva de continuidade do modelo de desenvolvimento em curso preocupa aqueles que cuidam de seus territórios há gerações e se veem em uma situação de descaso e abandono para enfrentar os impactos ambientais que vivenciam. Por exemplo: "Teve uma época que teve um vazamento de uma química de uma das empresas [na Baía da Babitonga]. [...] Nessa contaminação, o bagre sumiu da nossa baía. Agora, depois de uns 16 anos que eu estou notando que ele está retornando, mas muito lentamente. [...] Os nossos mares estão muito contaminados, as grandes empresas não respeitam. Se provocam um acidente, fica por isso mesmo". "Aqui a gente tem o Porto de Paranaguá, que se aproxima cada vez mais de nossas comunidades. Quando tem acidente no porto, o impacto chega rapidamente às nossas comunidades. [...] Há alguns anos, a gente teve aqui na Baía [de Paranaguá] um derramamento de petróleo. O derramamento aconteceu num dia e no outro dia a gente já tinha as nossas praias todas cobertas de petróleo. A gente via os botos que vivem aqui na nossa região emergindo no meio do óleo".

Exemplos de crimes ambientais são notados ao longo de toda a zona marinha-costeira brasileira e podem chegar ao extremo de levar os moradores locais a se arriscarem para diminuir os efeitos nocivos desses crimes em seus territórios: "Aquela tragédia de Mariana que cortou todo o Rio Doce, 600 quilômetros do Rio Doce chegando até o mar. Hoje, praticamente toda a costa capixaba está contaminada com o rejeito da Samarco, da Vale BHP, por causa daquele crime que ela cometeu em 2015. Já vão sete anos e até hoje nada foi feito para impedir que esse rejeito continue descendo o nosso rio todo e contaminando nosso litoral. [...] E se isso não bastasse, teve aquele petróleo que apareceu lá na Paraíba [em Agosto de 2019] e com menos de 45 dias chegou aqui no estado do Espírito Santo. Em nenhum momento o governo federal tomou alguma providência para não deixar aquele inferno daquele petróleo chegar nos nossos manguezais, nos nossos corais. Pelo contrário, impedia a gente de estar ali. Nós estávamos correndo o risco de ser contaminados, mas a gente se preocupava muito em ter aquilo ali para nós, pela destruição da nossa natureza. E aí a gente sem nem se preocupar com a nossa saúde, a gente entrava de qualquer jeito porque a gente queria tirar aquilo ali do meio ambiente. A gente sentia que da onde nós tirávamos o nosso sustento estava sendo destruído" (Ver Quadro 6.2).

Quadro 6.2: Do Rio ao Mar: rastro de destruição da mineração*Contribuição: Manoel Bueno dos Santos*

Conhecido como o maior desastre socioambiental já ocorrido no Brasil, o rompimento da barragem de Fundão da empresa mineradora Samarco (e suas controladoras Vale e BHP Billiton) é um caso emblemático de como os impactos gerados no continente podem transbordar para o mar. Em novembro de 2015, a lama tóxica derramada em Mariana (MG) percorreu todo o curso do Rio Doce impactando diversas cidades e comunidades em Minas Gerais e Espírito Santo ao longo de seu trajeto fatal. Em poucas semanas atingiu o Oceano Atlântico, onde a “pluma” contaminante se estendeu mar adentro por centenas de quilômetros ao sul e ao norte da foz do rio.

“Nada essa empresa fez para impedir que o rejeito atingisse os 600 km do Rio Doce, até o mar. E até hoje continua não fazendo nada. Qualquer chuvinha lá [em Minas Gerais], desce mais rejeito até aqui [no Espírito Santo]. Essas represas hidrelétricas acumulam o rejeito e, quando chove, mexe com o fundo e desce mais. A gente não tem mineração no estado [do Espírito Santo], mas a exploração que fazem em Minas impacta diretamente aqui”, denunciou Manoel Bueno (Nego da Pesca), coordenador-geral do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP).

Foram derramados mais de 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro (água, areia, ferro, resíduos de alumínio, manganês, cromo e mercúrio) que seguem trazendo consequências negativas para as populações que dependem do Rio Doce e para os pescadores e pescadoras artesanais da costa capixaba. Para Ailton Krenak, líder e filósofo indígena, o *Watu*, como seu povo chama o Rio Doce, está em coma: “O evento mais dramático que o povo da Bacia do Rio Doce vive, segue vivendo, é essa derrama de veneno na cabeceira do rio. Aquela gosma da Samarco e da Vale, aquele material tóxico recobriu as lajes de pedra com uma coisa plástica, que não deixa nem que o lodo, o líquen, que novos materiais orgânicos se constituam ali para criar um ambiente de vida aquática. A ictiofauna, as espécies de água, foram todas eliminadas”. E denuncia: “Não foi um acidente. [...] Foi um incidente, no sentido da omissão e da negligência do sistema de licenciamento, supervisão, controle, renovação das licenças, autorização de exploração”.

Mortes; contaminação de pessoas, da fauna e flora aquática, e da água por metais pesados; destruição de áreas construídas ou utilizadas para manutenção dos modos de vida local, levando ao despojo de populações ribeirinhas de suas terras; assoreamento do rio; destruição da mata ciliar; e agravamento da saúde física e mental de todas as populações atingidas estão entre os principais impactos sentidos ao longo do rastro de destruição da lama.

Em meio a um turbulento processo de negociação com as empresas, chegou-se a um Termo de Transação e Ajuste de Conduta (TTAC) que determina a reparação

integral de danos materiais e imateriais às pessoas atingidas. No entanto, na carta denúncia publicada em novembro de 2020, fica evidente o não cumprimento dos acordos: “Há 5 anos esperamos por um pedido público de desculpas, além do compromisso das empresas responsáveis pela garantia dos nossos direitos. Até hoje, nenhuma pessoa ou empresa foi punida pelo desastre-crime. Gostaríamos de prestar nossa homenagem àqueles que se foram no dia cinco de novembro de 2015, vítimas de um modelo de mineração predatório que coloca o lucro acima das vidas humanas e do meio ambiente. E aos entes queridos que faleceram durante esse árduo processo de luta pela reparação integral. Nossas vidas se transformaram e, desde então, esse sofrimento parece não mais acabar”.

Mais informação em:

Mapa de Conflitos

<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mg-atingidos-pelo-desastre-ambiental-de-mariana-lutam-por-reassentamento-e-garantia-de-reparacao-justa-dos-danos-morais-materiais-e-imateriais-que-sofreram/>

Carta Denúncia das pessoas atingidas pelo rompimento (05/11/2020)

<https://racismoambiental.net.br/2020/11/06/carta-denuncia-e-divulgada-por-pessoas-atingidas-pelo-rompimento-da-barragem-em-mariana-mg/>

O exemplo do derramamento de rejeitos de mineração no Rio Doce demonstra como as águas continentais estão conectadas com o mar, de maneira que os impactos causados em um lugar, podem transbordar para muito longe. Outros exemplos dessa conexão são citados a seguir: “A gente era banhado pelo Rio Araguari [no estado do Amapá]. Com a chegada das hidrelétricas que foram criadas no leito do rio Araguari e passaram a funcionar no ano de 2013, as ilhas onde a gente está habitando praticamente estão sendo destruídas, está tudo sumindo do mapa. Com isso não são só os moradores que estão tendo essa perda, mas todo o território está sendo destruído, os peixes, as praias, onde os pescadores faziam sua pesca, onde os peixes se reproduziam [...] com a força da água, isso tudo está sendo destruído”. “O Marajó por exemplo, com a questão da usina hidrelétrica de Belo Monte e como esse projeto monstruoso, que não seria belo, na verdade é um monstro na nossa região. Tem mudado muito nossa região, a forma como nós aqui pescamos, como nos relacionamos com a floresta, com o mar, com os rios, com nossas águas”. “Eu acredito que [...] depois da pesca industrial e do fechamento da barragem do Tucuruí [no estado do Pará], nós tivemos uma desaceleração no desenvolvimento da área pesqueira. Porque já não temos mais os cardumes que se reproduziam na água doce e depois invadiam a água salgada”.

Todo esse cenário de impactos tem o potencial de ser intensificado por mudanças em nível global, como as mudanças do clima, que são relatadas no nível local. Alguns exemplos: “Nós estamos vendo que a cada ano que passa a nossa ilha [Ilha do Marajó, Pará] está sendo tomada pelas águas, que vêm da questão das mudanças climáticas e desses impactos relacionados aos grandes empreendimentos que estão pensados para nossa região, mas que não consideram as nossas vidas como importantes nes-

se processo, que não consideram a floresta como importante, como essencial para a existência humana”. “De 40 anos pra cá, temos essa certeza de que estamos vivendo as mudanças climáticas, e a cada ano que passa, vai se tornando bastante desafiador”.

Mudanças no clima local são percebidas no dia-a-dia de quem vive na costa, como mostram outros exemplos. “Os ecossistemas marinhos-costeiros, de modo geral, estão poluídos e com alteração de temperatura decorrentes do aquecimento global, causando desequilíbrio [...] na fauna marinha”. “Todo esse processo vai sendo das mudanças do clima, da temperatura das águas, chuvas com maior frequência”. “Uma coisa que eu notei há alguns anos, e venho notando, é a diminuição da faixa de areia. Parece que o mar passou bastante. A gente vê, nota de maneira bem clara, o avanço”. Essas mudanças terminam impactando também suas práticas cotidianas: “A gente observa que com esse desequilíbrio climático as marés ficam desequilibradas, as mulheres não sabem mais onde pescar, ou o peixe fica em todo o período em piracema. Isso vai afetar a alimentação dessas mulheres, a garantia das suas formas de se manter enquanto alimentação, mas também na renda”.

Os rastros daninhos da ação humana parecem ser o legado deixado para as próximas gerações: “Espaços impactados por agrotóxicos, solos degradados, queimadas provocadas por invasores ou proprietários de terras vizinhas, rios assoreados, nascentes e rios contaminados e áreas completamente desmatadas, têm sido a realidade produzida e deixada pelos *jurua kuery* [não indígenas] como rastros de seu modo de existência sobre nossas terras”. “O costume que a gente tinha passado de pai para filho, está se perdendo, por quê? Porque a gente não tem mais o que defender. Não tem. Como é que você vai defender uma costa se está toda com empreendimento imobiliário? É isso que está acontecendo ali no sul da Bahia, em área indígena. Os indígenas têm que ficar calados diante da riqueza porque ele não dá conta de lutar sozinho contra um bilionário”. “Para mim também tem uma relação muito direta com a educação, porque ainda hoje a gente escuta professores dentro da sala de aula falando para as crianças e para os jovens: ‘Ah você não vai estudar, vai continuar sendo pescador igual a seu pai’. Tratando de uma forma muito negativa, muito pejorativa, como se pescar fosse fácil, fosse algo para quem não tem conhecimento. Na verdade, o pescador é um grande professor, ele é um grande cientista, ele é um grande conhecedor de muitas coisas”.

As Unidades de Conservação (UCs), que aumentaram ao longo das últimas décadas, têm um papel duplo no contexto de mudanças da zona marinha-costeira. Em alguns lugares elas representam uma garantia de manutenção do ambiente e seus recursos - e também das práticas tradicionais: “Ao mesmo tempo em que eu falo em Unidade de Conservação como uma coisa negativa, eu também vejo como positiva. Vai muito de como a gente faz isso. Como a gente trabalha nas gestões junto ao ICMBio [Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade]. [...] Se vocês [ICMBio] querem cuidar [desse território] é porque ainda temos aqui os tradicionais que sabem fazer esse manejo”. Em outros lugares, as UCs são mais um impacto e acabam aparecendo como uma forma de expropriação. “Nosso território virou Unidade de Conservação há 30 anos. E a gente vê um processo acontecendo nesses últimos 30 anos e acelerado de invasão do território tradicional”. “Essas áreas têm papel nos conflitos ambientais,

uma vez que acarretam restrições (em diferentes níveis, a depender da categoria de proteção) e afetam nossas Terras Indígenas e também outros modos de vida das comunidades tradicionais”. “A nossa costa [no Amapá] é coberta por três Unidades de Conservação: a Reserva Biológica do [Lago] Piratuba, a Estação Ecológica do Maracá-Jipioca e o Parque Nacional [de Cabo Orange], então toda a nossa costa está amparada por conta dessas reservas de preservação permanente e é onde a pesca não pode ser realizada”. Esse impacto é ainda maior quando não há diálogo e compartilhamento da tomada de decisão. “Grande parte do que a gente sofre hoje é porque as políticas são impostas. Elas não são dialogadas. Não são feitos estudos adequados para serem criadas as legislações. Elas são impostas de cima para baixo, porque alguém achou que ia ser bom ser daquele jeito. E aí, quando ela vem, ela vem tratorando realmente”.

A crítica à atuação governamental e aos órgãos públicos em diversos níveis acompanha as narrativas dos impactos e ameaças aos ambientes marinhos-costeiros, seja na mudança da legislação sem consulta e envolvimento dos PICTs, na falta de ação ou em ações que tendem a privilegiar alguns setores enquanto criminalizam outros. “A falta do ordenamento dos municípios, a falta de coerência, de cobrar o Plano Diretor na prática. Porque existem leis e elas são muito boas até, o negócio é que não são aplicadas”. “Existem as leis, mas os próprios governos municipal, estadual e federal é que às vezes implantam ou querem implantar empreendimentos ou grandes ações ilegais dentro dos territórios do litoral.(...) Principalmente nas Terras Indígenas, onde já existe o conflito grande de posseiros e de invasores que querem ocupar os territórios”. “O povo Guarani enfrenta um cenário de descaso por parte da FUNAI, que se concretiza na paralisação de processos demarcatórios, ausência de medidas de proteção aos povos indígenas, a nossos territórios e o desmonte das estruturas que atuavam na garantia de nossos direitos – fatores que afetam de modo especial povos que vivem em regiões com maior passivo no reconhecimento de territórios indígenas e conflitos fundiários mais antigos, como é o caso do povo Guarani”.

Impedidos de exercitar suas práticas tradicionais, algumas pessoas acabam sendo forçadas a mudar suas atividades, o que pode aumentar os impactos e os conflitos entre atividades diferentes. “Essas legislações, nos últimos tempos, têm cada vez mais feito com que as comunidades tradicionais, os pescadores artesanais, tendam a mudar para as grandes embarcações. Porque as limitações, as proibições foram sendo tão grandes, tão violentas, que já não se conseguia mais fazer as práticas ali onde você fazia, aonde você conseguia ir com a sua canoa a remo. Então é o próprio Estado que muitas vezes vai empurrando a comunidade para fazer essa mudança, para fazer essa transição do artesanal para a pesca maior”. “A pesca artesanal está acabando. Os jovens estão sendo incentivados a sair de suas comunidades pesqueiras para procurar outros trabalhos, ou até mesmo essa pesca dos ricos [esportiva]. Eu conheço algumas pessoas que já falaram que os filhos estão preferindo trabalhar nas lanchas dos grandes, para levar no lugar que eles conhecem, onde tem peixe bom de pescar. E eles só ficam nisso, sendo marinheiros, ganhando muito pouco”. “As mudanças nos últimos 40 anos ficam evidenciadas na mudança gradativa da atividade do pequeno pescador,

que por sobrevivência foi trabalhar com outras atividades que lhe oferecem um retorno mais rápido”. “É uma luta muito grande e muito difícil, porque tudo é proibido e sempre os pescadores são marginalizados por estarem exercendo a sua profissão”.

Além da pesca industrial e da marinharia, o turismo de massa também acaba sendo uma alternativa para os pescadores artesanais que se sentem impedidos de continuarem exercendo suas atividades, podendo causar ainda mais impactos: “Essa imposição, essa restrição faz com que muitos pescadores deixem a pesca e vão fazer turismo por causa das proibições. Você não pode parar, você não pode pescar com determinada embarcação, você não pode pescar com determinado tipo de rede. Você começa a ser proibido de tantas formas, que muitos aqui que eu conheço deixaram de fazer a pesca e foram para o turismo. Aí você tem esse outro problema, que é o turismo. Começa um movimento muito grande de grandes embarcações a motor na região e muda completamente o fluxo da pesca, muitas vezes conflitante com os pescadores que ainda conseguem resistir”. “Todo mundo puxa o turismo para a praia, para cidade, que dá lucro, dá dinheiro. Mas para quem e para quantos? [...] O lixo vai ficando pelas estradas afora, vai ficando nas praias [...]”. “O aumento do fluxo de embarcações turísticas também tem afetado muito. Porque o barulho dessas embarcações, principalmente na alta temporada, além de afastar a fauna marinha, também acontecem acidentes com botos que moram aqui na região”.

As disputas nos ambientes marinhos e costeiros são marcadas por grande violência e falta de respeito com as culturas e modos de vida tradicionais, um relato presente ao longo de toda a zona costeira. “Nos diferentes territórios a gente vive realidades muito parecidas. Quando a gente começa a entender que todo esse processo que a gente vive é muito maior, e que ele vem com essa violência toda direcionada exatamente para os territórios onde estão Povos e Comunidades Tradicionais, tudo isso nos afeta. É o racismo ambiental, é importante a gente reforçar essa fala, porque ele nos afeta diretamente”. “As ameaças de destruição também enlaçam a história guarani e a deste bioma [Mata Atlântica]: enquanto fomos historicamente privados de nossas terras, através de processos de colonização, esbulho, invasão e destruição da Mata Atlântica, também não pudemos realizar plenamente nosso *nhandereko*. A sociedade não indígena ainda insiste em invisibilizar e apagar a relação histórica de nosso povo com a região, contribuindo na forma de conceber os processos de genocídio que os povos indígenas enfrentaram e enfrentam ainda no tempo presente. Acreditamos que as mudanças ambientais nos ecossistemas costeiros e marinhos fazem parte das ações de uma lógica de desenvolvimento que provoca expulsão do nosso povo, de racismo ambiental e que desafia nossas demarcações de terras, bem como nosso *nhandereko*”.

Toda a violência relatada por esses processos de mudança é sentida de maneira ainda mais forte pelas mulheres: “Embora estejamos em um ambiente em que todo mundo é impactado, as mulheres precisam ser olhadas com esse cuidado enquanto pessoas que estão ali e que às vezes sofrem de forma diferente os impactos sociais e ambientais, ou socioambientais”. “Às vezes quando a gente fala assim do território, eu sinto muita vontade de chorar. Muita. Porque é triste que junto com isso a gente fala de ar-

rendamento de terra, mas junto com isso a gente vê a prostituição, a violência contra a mulher. Eu já ouvi relatos de mulheres estarem em canoas e do nada aparecem esses grandes barcos e querer pegar essas mulheres à força. As mães que estão trabalhando para sustentar os seus filhos. Isso dói. Dói muito porque a gente, que é mulher, a gente não briga só para defender o território. A gente briga para defender nossa vida. A vida dos nossos filhos. Porque nós também temos dignidade para trabalhar”, “mexe muito com a gente, porque faz com que a gente pense profundamente sobre o nosso papel enquanto mulheres nesses territórios. Porque a gente está nesse território lutando não só para nós. A gente está no território, lutando por toda a comunidade”.

Talvez, o fator mais preocupante nesse contexto seja a percepção de que “a natureza tem dado sinais, mas a sociedade não está se atentando a isso”. “Como vocês viram, a devastação da natureza, a natureza está falando, para quem sabe ler, a natureza está falando com a gente o que ela está querendo. A destruição a gente já tem, a gente já sabe”. “Então qualquer impacto que seja, que aconteça na área marítima, ele não vai só impactar o lugar onde vocês estão, ele vai impactar vários outros lugares e ir além das espécies existentes que têm monitorado”.

6.4 Visões de futuro

“Se continuar indo nessa velocidade, do tal desenvolvimento, vamos chegar à extinção da pesca artesanal e de muitas espécies marinhas e seus habitats”. O “tal desenvolvimento” remete ao modelo de desenvolvimento descrito na seção anterior, o qual é baseado em atividades de grande escala, como a pesca industrial; a construção de grandes empreendimentos, como portos, plataformas de petróleo, gasodutos, jazidas de sal-gema e plantas de energia eólica; e a proliferação do turismo massificado, que leva à destruição de habitats para instalação de infraestrutura e gera poluição especialmente em áreas sem saneamento básico. Esse modelo tem causado impactos muitas vezes irreversíveis aos ambientes marinhos-costeiros de norte a sul do país, bem como aos modos de vida das populações indígenas e tradicionais que vivem nessas regiões, comprometendo seu futuro.

Dentre as ameaças citadas, foi dado um importante destaque para a pesca industrial e seu potencial de inviabilizar o futuro da pesca artesanal. “A gente tem que parar e pensar, lutar pelo meio ambiente, lutar pelos pescadores e ao mesmo tempo ver que a pesca é algo que nós temos que deixar de herança para o nosso futuro. Senão, não vamos ter futuro. Vai sumir a pesca [artesanal], vai ficar somente a [pesca] industrial, que vem devastando tudo e acabando com todo o nosso meio ambiente”.

A preocupação vai além do uso que se faz dos ambientes e do pescado, mas também está no acesso a estas áreas, na medida em que as atividades consideradas predatórias levam à exclusão das populações indígenas e tradicionais de seus territórios, o que tem sido observado nos processos de implantação de projetos de infraestrutura e especulação imobiliária em todo o litoral brasileiro. A pressão econômica acaba levando ao deslocamento dessas populações para áreas onde não podem continuar

exercendo suas atividades tradicionais. “Se as coisas continuarem como estão, essas comunidades daqui a pouco tempo desaparecerão. [...] Muitas famílias já se mudaram dessa região por conta da perda de suas residências e por não poderem mais exercer as suas atividades, não conseguir mais viver da pesca”. “É um futuro de exploração dos recursos pesqueiros, de perda de habitat pelas grandes empresas do petróleo, das empresas de infraestrutura, dos empreendimentos turísticos que têm tomado os territórios, da pesca industrial desordenada. Se não houver intervenção hoje, se a lógica de desenvolvimento não levar em consideração a natureza e as comunidades tradicionais, aquelas que percebem as mudanças porque convivem profundamente com esses territórios, [...] vai acontecer o cerceamento da população, do acesso da população às praias, ao mar”.

Ainda em relação ao acesso à zona costeira, foi dada especial atenção para a ameaça que o projeto de lei (PL) n. 4.444/21¹⁶ representa para a restrição do acesso às praias e privatização de áreas que são hoje de acesso público. O desejo para o futuro não é apenas que este projeto de lei seja barrado, mas que se invista na democratização do acesso às praias, de maneira que “a população brasileira tenha acesso ao mar, que deixe de ser um espaço de privilegiados que ostentam seus *jet skis* e lanchas importadas”.

São processos considerados não apenas danosos, mas violentos, com raízes profundas e estruturais, configurando um cenário de racismo ambiental. “A gente está vivendo dois tipos de guerra: a guerra silenciosa do racismo ambiental, que traz a contaminação para as pessoas, o ambiente e o alimento; e essa guerra visível da violência. Eu não sei como a gente vai se deparar com um futuro daqui a 40 anos. A gente já está num momento de desequilíbrio ambiental profundo, no qual a natureza tem dado sinais, mas a sociedade não está se atentando a isso”. O termo racismo ambiental chama a atenção para o fato de que a degradação ambiental não afeta a todos igualmente. Ao contrário, as populações já marginalizadas e mais vulneráveis sofrem os impactos com maior intensidade. “Necessário se faz destacar o impacto das mudanças climáticas associadas ao processo de espoliação e expulsão das comunidades tradicionais da beira-mar, empurrando-as para as encostas e morros, que são as áreas de maior risco de mortes quando acontecem eventos climáticos intensos como as chuvas recentemente [fevereiro de 2023] em São Sebastião [estado de São Paulo] e diversas outras vezes antes”.

No caso de populações indígenas e comunidades tradicionais costeiras cujos modos de vida são baseados no cuidado com o seu entorno, tais impactos representam uma imensa contradição, pois ao mesmo tempo em que são os maiores defensores desses ambientes, também são os que mais sofrem com a degradação dos mesmos: “Os

16. De autoria do deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL), o Projeto de Lei Federal propõe a criação de um programa de gestão do patrimônio imobiliário federal. Entre outros pontos, prevê que a União poderá destacar ou demarcar áreas de orlas e praias federais para defini-las como zona especial de uso turístico, limitada a 10% da faixa de areia natural de cada município, permitida a restrição de acesso de pessoas não autorizadas.

impactos ambientais e sociais dessas ameaças têm recaído também sobre nós, que temos cuidado e fazemos parte desses ecossistemas há séculos”. “A gente observa que esses grandes empreendimentos sem diálogo com as comunidades têm causado problemáticas que são muito violentas aos nossos modos de vida. [...] Isso tudo é um retrato desse modelo perverso de desenvolvimento, desse modelo que não enxerga as pessoas, que não valoriza e que não identifica que o ambiente é um lugar sagrado da vida. As populações [indígenas e tradicionais] são guardiãs da natureza. Se não identificar que a gente, enquanto movimento do campo, das águas, da floresta não vai conseguir manter esse equilíbrio, toda a sociedade vai padecer”.

Com o avanço das ameaças socioambientais, a manutenção dos conhecimentos e modos de vida das populações indígenas e tradicionais está em risco, assim como o futuro das próximas gerações. “Daqui a pouco, nossas crianças, nossos jovens não vão saber nem o que é o mangue nem o que é uma rede, vão acabar os pescadores”. “A gente não sabe se nossos filhos vão aproveitar aquilo. Se nós, quando velhinhos, vamos também comer daquilo. Se a gente vai ter capacidade de subir no barco, pescar. De poder ensinar os nossos netos. Se é que nós vamos ter netos ainda saudáveis para ensinar. Talvez não dê tempo disso tudo. [...] Então se eu não defender isso hoje, [...] eu não sei se eu posso dizer que daqui a dez anos a gente vai ter vida marinha nessa Terra”.

Portanto, a existência dessas populações está em risco, e com elas, diversos conhecimentos tradicionais e ancestrais, modos de vida diferentes do modelo de desenvolvimento predatório. “Sumindo nossas comunidades, as nossas ancestralidades, temos uma perda irreversível das nossas identidades, dos nossos modos ancestrais de compreender esses territórios, esses maretórios, a partir da nossa vivência e dos conhecimentos que são passados de geração em geração”.

Apesar do cenário apresentado ser bastante desafiador, indicando um futuro catastrófico, a resistência dessas populações segue forte e é chave para a conservação dos ambientes marinhos-costeiros do Brasil. “A gente vai ficando cada vez mais desanimada de estar na luta, mas eu acho que uma das coisas pro futuro é a nossa resistência. A gente não desanimar, estar sempre junta de alguma forma [...], resistindo. [...] Hoje estão passando um trator derrubando tudo e a gente está só na defensiva, está bem complicado, mas se a gente conseguiu resistir até aqui, a gente vai conseguir resistir até o final. É muita coisa acontecendo nos nossos territórios, são muitas perdas ambientais, perdas emocionais, de vidas”. “O modelo de desenvolvimento que está aí hoje é muito cruel e destruidor da pesca artesanal do país. [...] Nós estamos aqui porque nós somos teimosos, somos resistentes e não pretendemos parar. Eles fizeram propostas de nos matar e nós também fizemos uma proposta de não morrer. Dessa forma nós vamos resistindo”.

A resistência é construída por meio da união em diferentes níveis, desde internamente nas comunidades até entre coletivos distintos: “Porque começa em um canto e vai no outro, vai do mar à serra, é tudo uma coisa só”. A resistência passa também pelo fortale-

lecimento dos conhecimentos ancestrais: “A gente tem bastante conhecimento sobre essas áreas e, como dizia o povo antigo, conhecimento é tudo na vida”; pela conscientização sobre as ameaças, para poderem se preparar melhor para combatê-las; pela escolha de governantes que os representem; e, sobretudo, na luta pelos seus direitos, com vistas à garantir um presente melhor, um futuro: “A luta pela efetivação total dos direitos territoriais do povo Guarani é para que um projeto de futuro possa existir. [...] Conquistar o reconhecimento oficial de todas as áreas de ocupação tradicional guarani no Brasil e ter a certeza de que elas estarão protegidas das pressões e ameaças que hoje impedem que *nhaneretarã’ĩ kuery* [nossos mais velhos], nossos parentes, vivam plenamente o nosso modo de existência”.

Por meio da resistência, os povos indígenas e as comunidades tradicionais lutam por um futuro diferente do que se apresenta hoje e que demanda mudanças profundas e estruturais. O futuro desejado fala sobre continuar vivendo em seus territórios com dignidade, com qualidade de vida, “repensar um projeto de nação onde todos e todas tenham direito à dignidade e alimentação de qualidade. Que tenham o direito de ir e vir, que tenham o direito de expressar seus desejos e onde os ladrões de sonho não consigam roubar da gente esses desejos”. “Um futuro desejável seria a mudança no tipo de consumo que a sociedade escolheu, isso passa por uma mudança gradativa nas gestões governamentais e da própria sociedade como um todo. Acabar com o racismo ambiental, estrutural e institucional”.

A construção do futuro desejado depende da luta de hoje dessas populações, que está intimamente relacionada com a defesa dos ambientes marinhos-costeiros do Brasil. “O futuro deve ser pensado a partir de agora. Deve-se ouvir o que a floresta diz, o que as águas dizem, e o que as pessoas, nós que moramos nas comunidades, estamos dizendo. Porque tudo o que está acontecendo já foi alertado pelas comunidades que utilizam esses recursos. Sempre falaram da necessidade de usar com cuidado, com amor, com carinho e com regramento esses territórios. Deve-se ouvir o que vem dos saberes ancestrais das comunidades que observam as florestas e os rios, porque nós, enquanto comunidades tradicionais, nós ouvimos o que diz nossa mãe água, nossa mãe terra. Se nós alertarmos de uma forma geral e a sociedade não nos ouvir, nós não teremos o futuro, porque o que a gente vê hoje é uma devastação muito grande e essa devastação está relacionada ao uso do território, ao uso dos maretórios [...], especialmente enfatizando a questão dos grandes empreendimentos que desenvolvem, mas não para nós, porque não nos escuta, não nos considera”.

É preciso notar que o próprio entendimento sobre futuro, ou o que se considera progresso pelos povos indígenas e comunidades tradicionais, difere daquele pautado pelo “tal modelo de desenvolvimento” citado no início desta seção. No exemplo a seguir sobre o processo de consulta prévia e informada demandado em relação ao Porto de Paranaguá, no Paraná, fica claro o tipo de progresso que os povos indígenas e comunidades tradicionais estão lutando para construir. Naquele caso, a empresa interessada no avanço da obra alegou que não faria a consulta, pois “as obras da modernidade iam ficar paradas, porque nós, pescadores, não tínhamos interesse no progresso. É uma

grande mentira. Temos interesse e temos um interesse muito profundo no futuro e no futuro de nossos filhos, com ambiente preservado, com condições de pesca”. Progresso e desenvolvimento para essas populações, portanto, estão intimamente associados à garantia de qualidade de vida para as gerações futuras.

6.5 Caminhos para um futuro melhor

“A nossa cultura tem um manejo muito bem feito”. “O manejo tradicional da zona costeira é muito importante para o ecossistema, porque se hoje a gente ainda tem os nossos ecossistemas de pé, não é por causa dos resorts, não é pelos loteamentos chiques na beira da praia, é pela forma tradicional de cuidar, é pela forma tradicional de existir”. Para começar a pensar nos caminhos para um futuro melhor, é fundamental reconhecer as formas sustentáveis de manejo tradicionais que estão relacionadas com as culturas ancestrais desses povos. “A gente ainda tem que ter muito orgulho de nossa cultura, porque a nossa cultura preserva a natureza. A nossa forma de vida não é prejudicial à natureza. [...] Nós temos que ir na pesca tradicional”.

O cuidado com os ambientes marinhos-costeiros passa necessariamente pela valorização desses conhecimentos e práticas: “Por isso a importância de se resgatar as nossas culturas antigas. Aqui na nossa região [Ilha do Superagui, PR] temos um código de lendas¹⁷ muito bem feito, muito bem estruturado, responsável pelo sucesso de nosso manejo. Responsável por a gente poder, hoje, se orgulhar de dizer que a gente vive em uma das regiões mais preservadas do mundo. Então esse manejo é o quê? Eu tenho certeza que se eu contasse uma história aqui, todos iam se lembrar das histórias que seus pais contavam. Porque antigamente não existia lei ambiental, existia lenda. A lenda é que direcionava a atividade do povo. Quando a gente perde isso, perdemos o manejo. Quando a gente vai na direção do capitalismo a gente se perde. Então é muito importante que as lideranças, os pescadores, contem as histórias que ouviram de seus pais para seus filhos. [...] Os nossos pais, os nossos antepassados ensinaram o jeito certo de fazer o manejo e a gente tem que lembrar disso na hora que a gente põe a rede na água, na hora que a gente entra para a mata. [...] A gente, enquanto pescador, tem que se preocupar com o nosso manejo, porque ele tem que ser cada vez mais bem feito, porque a gente tem cada vez menos pescado para manejar. Temos que pensar em formas de preservar esse bem que é o Oceano, esse bem que é o pescado”.

As estratégias de manejo tradicionais são baseadas em uma perspectiva integradora: “A tainha que a gente está esperando aqui [no sudeste] já está passando lá na casa dos nossos companheiros do sul. Então, veja como é importante o manejo dela na nossa própria cultura: se eles fizerem um manejo errado lá na praia onde moram, a tainha não vai chegar aqui na nossa região e não vai matar nossa fome”. E que consideram não apenas os ambientes marinhos, mas os terrestres também: “As regiões ocupadas pelo povo Guarani revelam permanente criação dos ambientes, com as ações realiza-

17. Galvão, M., Silva, M. D., & Mellinger, L. L. (Orgs). As lendas na educação caiçara. Projeto Cultimar. Disponível para download em: <https://gia.org.br/portal/produto/as-lendas-na-educacao-caicara/>. Acesso em: 26 de setembro de 2022.

das no repovoamento de espécies vegetais nativas, a manutenção de cultivos tradicionais e o manejo da fauna. Um exemplo disso é a palmeira jerivá, pindó, é uma planta fundamental para a cosmologia guarani, que também possui diversos usos, estando presente na grande maioria de nossas *tekoá*, sendo cultivada e aproveitada por inteiro. [...] Temos incentivado iniciativas em nível local ligadas à permanência sustentável das comunidades em seus territórios, à multiplicação e fortalecimento de iniciativas de agricultores guarani em suas terras, as práticas agroecológicas, de restauração ambiental, proteção de nascentes, de trocas de sementes e mudas tradicionais, fazendo com que espécies que tinham deixado de existir em certas regiões passassem a compor novamente a flora destes locais”.

As estratégias de manejo servem também como ferramentas de resistência, como nos empates feitos por Chico Mendes e companheiros em suas lutas: “Nós precisamos unir as forças de todas as formas para lutar por esses territórios, por esses maretórios, por ações, por iniciativas que valorizem e estejam de acordo com as nossas formas de manejo. [...] Nos rios, nas florestas e nas águas, nós estamos sobrevivendo e resistindo. Aqui existem pessoas e uma diversidade gigantesca de vidas que necessitam ser consideradas, assim como as identidades, as histórias e as resistências”.

Iniciativas locais e que merecem ser fortalecidas nos territórios marinhos-costeiros incluem a criação de acordos de pesca e outros mecanismos de ordenamento pesqueiro; o automonitoramento da pesca, realizado pelos próprios pescadores e pescadoras artesanais; pesquisas realizadas pelos jovens com seus pais e avós, resgatando e registrando a sabedoria tradicional relacionada à pesca artesanal em suas comunidades¹⁸; uso de embarcações menos poluentes; e valorização de práticas e conhecimentos locais não só relacionados à pesca, mas também à medicina tradicional, entre outros.

No Superagui, por exemplo, as comunidades estão definindo um acordo do cerco fixo, junto com o ICMBio e também um termo de compromisso específico para a pesca da tainha para essa modalidade. “Hoje estamos tratando do acordo do cerco fixo. Mas amanhã a gente já está pensando em colocar no papel o lanceio da mandiua. A mandiua é outra modalidade de pesca que a gente faz aqui, mas que está proibida também. Então a gente vai tentar botar no papel e organizar o ordenamento, para que se libere também essa pesca, mas com controle. E depois a gente está pensando também num acordo do caranguejo, que é mais amplo ainda. [...] E fazer o acordo do mar aberto também. Então, a partir do acordo, ter um ordenamento. Para você saber o que você pode e o que você não pode fazer dentro do mar”.

Fundamental para se avançar em regulamentações de manejo da pesca, é a regularização dos territórios pesqueiros, tanto em áreas de mar quanto de terra. Nesse sentido, o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) lançou em 2012

18. Um exemplo é a publicação: Renato Pereira de Siqueira, Mellinger, L. L., & Silva, M. D. (sem data). Recursos Naturais na Vida Caiçara. Cultimar: Curitiba. Disponível para download em: <https://gia.org.br/portal/produto/recursos-naturais-na-vida-caicara/>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2023.

a Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras¹⁹, com o objetivo de articular um projeto de lei de iniciativa popular que explicita o direito ancestral dessas populações ao território e a garantia do seu modo de vida.

Além de diversas práticas de manejo tradicionais favorecerem a preservação dos ambientes marinhos-costeiros, a delimitação e o reconhecimento desses territórios estão diretamente relacionados com uma maior capacidade de monitoramento e fiscalização para impedir o avanço de atividades predatórias que impactem os modos de vida das populações tradicionais e os recursos pesqueiros. A situação dos Guarani no litoral sul e sudeste brasileiro é emblemática para ilustrar a importância da demarcação, neste caso, de Terras Indígenas: “Atuamos como guardiões seculares deste bioma, entretanto mesmo após 40 anos de luta somos um dos povos indígenas que possui menos terras demarcadas. A biodiversidade e as áreas sob o cuidado dos povos indígenas são essenciais para garantir a manutenção das florestas, além da necessidade de reflorestar, recuperar áreas degradadas para curar a terra. Por isso, em nossa visão, a demarcação de terras é também uma questão de justiça socioambiental. [...] Atualmente, nas 215 Terras Indígenas ocupadas pelo povo Guarani no sul e sudeste do Brasil está o que resta de floresta em pé em uma região devastada por séculos de intensa e perene ocupação pelos não indígenas²⁰. Por isso temos a convicção de que, demarcar e proteger cada uma das terras guarani é fundamental não só para garantir nossos direitos constitucionais e nosso futuro enquanto povo indígena, mas para o futuro de todos: as futuras gerações de indígenas e não indígenas”.

Com os povos indígenas no Ceará a realidade é semelhante e demonstra que o não reconhecimento sobre o direito territorial desses povos faz aumentar os conflitos socioambientais: “Hoje o estado do Ceará tem [...] 15 etnias indígenas e outras já no processo de identificação e reconhecimento e apenas uma terra homologada. [...] Com a não demarcação desses territórios acaba que os conflitos se intensificam ainda mais, a violência, e isso faz com que os territórios fiquem ainda mais fragilizados, à mercê dessas invasões. [...] A questão da luta vem sendo muito mais fortemente impactada, pois com isso corre risco de homicídio, de morte, de violência e conflitos nos nossos territórios. Se a gente não cuidar desse espaço, desse território que é o nosso litoral, a gente acaba perdendo a soberania de vida, a cultura, até porque dentro do mar também usufruímos não só da sustentabilidade, do bem-viver, mas o mar também é sagrado, a gente tem os nossos encantados do mar [...]. O mar traz essa energia de força, de resistência, de fortalecimento às nossas comunidades”.

Ainda sobre a regularização territorial, além da importância da demarcação de Terras

19. Para saber mais:

<http://campanhaterritorio.blogspot.com/2013/04/campanha-nacional-pela-regularizacao-do.html>

20. Em referência aos territórios tradicionalmente ocupados pelo povo Guarani, muito embora algumas Unidades de Conservação se sobreponham a eles, contribuindo para a proteção de remanescentes da Mata Atlântica, há apenas 18 Terras Indígenas homologadas na costa sul e sudeste brasileira (39 mil ha) em 2022.

Indígenas e de outros territórios tradicionais, foi citado que “a costa é tomada por Unidades de Conservação”, o que é, ou já foi, motivo de conflitos em muitas regiões, devido às restrições impostas à continuidade dos modos de vida de comunidades locais. O problema, no entanto, não são as Unidades de Conservação em si, mas sim aquelas “unidades que tiram o direito, os servidores que não entendem que eles podem ter os tradicionais como guardiões, como fiscais, trabalhar de forma compartilhada, entender, escutar”. Portanto, o caminho a ser traçado é rumo a uma gestão compartilhada destes territórios “unir todo mundo, Unidades de Conservação, gestores, lideranças para a gente pensar num plano juntos, de como a gente vai compartilhar esses territórios e cuidar juntos deles”. A participação de representantes locais nos conselhos de gestão tem sido positiva, especialmente “onde tem cursos de agentes ambientais, guardas florestais comunitários. Planos de manejo das Unidades de Conservação a partir do nosso saber, do nosso olhar”. No caso de sobreposição entre Unidades de Conservação e Terras Indígenas, a solução aponta para o mesmo caminho, buscando reconhecer as contribuições dos povos indígenas para a conservação ambiental e da biodiversidade, ao favorecer a participação de comunidades e lideranças em processos de gestão compartilhada de áreas protegidas e reconhecer seus próprios instrumentos de gestão.

Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) de Terras Indígenas, Planos de Manejo, Termos de Compromisso e Acordos de Convivência têm representado instrumentos relevantes de gestão desses territórios, sempre que construídos pelas populações que ali vivem, a partir de seus conhecimentos e demandas, e em diálogo com os órgãos públicos responsáveis por sua gestão, como Funai e ICMBio. Em algumas localidades, os Planos Diretores Municipais, se construídos de maneira participativa e compartilhada com as populações tradicionais, também têm oferecido uma oportunidade de regulamentação do uso das áreas marinha-costeiras: “A gente está batendo muito para que seja colocado no Plano Diretor toda essa visão da proteção da natureza, seja ela de água doce como de água salgada, porque uma depende da outra, a floresta depende do mar, o mar depende da floresta, o mar depende do rio, o rio depende do mar e nós dependemos de tudo isso e é nosso dever proteger e salvar tudo isso”.

Os Protocolos de Consulta, amparados pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, foram destacados como um importante instrumento de defesa dos territórios e, consequentemente, de proteção dos ambientes marinhos-costeiros, já sendo utilizados por diversas organizações no país²¹. “Lutamos para que a consulta livre, prévia e informada seja realmente respeitada. [...]. Pois é a única coisa que vai garantir o futuro dos nossos filhos e que a gente tenha voz ativa nas discussões que realmente impactam nossas vidas”. Da mesma forma que a Convenção 169 da OIT, O Pacto de São José, que cria a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, e o Protocolo de São Salvador, adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos

21. A 6ª Câmara do Ministério Público Federal (MPF) compila alguns exemplos de Protocolos de Consulta de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais na seguinte página web: <https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/protocolos-de-consulta>

em matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, também estabelecem normas fundamentais para o reconhecimento dos direitos de populações tradicionais, todas ratificadas pelo Brasil. Em âmbito nacional, é relevante destacar também a importância do Decreto n. 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, no reconhecimento dos direitos dessas populações. Cabe ainda mencionar a Lei 13.123, de 25 de maio de 2015, que regulamenta a Convenção sobre Diversidade Biológica e dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Além do Parecer n. 00175/2021/CPAR/PFE-ICMBIO/PGF/AGU, que compatibiliza as atividades de populações tradicionais com os objetivos de UCs de Proteção Integral (aquelas que não permitem o uso direto dos recursos naturais).

De maneira geral, portanto, o que se espera é a criação e aplicação de instrumentos de gestão e políticas públicas que reconheçam e respeitem os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, que beneficiem seus modos de vida, com destaque à pesca artesanal e, ao mesmo tempo, promovam a proteção dos territórios destes diversos povos, “fazer uma lei de proteção forte e que todo mundo se entenda, que a gente consiga dialogar com essa lei”. Para tanto, é preciso escolher representantes, governantes e gestores nos órgãos públicos que entendam a realidade desses povos e que sejam comprometidos com o desenvolvimento sustentável das áreas marinha-costeiras do Brasil, junto, em diálogo, com as comunidades que ali vivem e suas organizações de base. “Os movimentos sociais fazem a incidência política através da luta para o aprimoramento dos instrumentos de gestão e de políticas públicas, mas é preciso ainda que não sejam apenas ouvidos e participem como colaboradores ou pautadores, mas que também tenham mais espaços dentro das ferramentas de gestão do Estado, como por exemplo o recém criado Ministério dos Povos Indígenas [Decreto nº 11.355/2023]. Mas há ainda muita demanda desse tipo no país, nas esferas federal, estadual e municipal”.

A articulação e mobilização das organizações de base têm gerado resultados importantes no avanço da construção de políticas públicas condizentes com seus modos de vida e de cuidado do ambiente, bem como na garantia de que seus direitos sejam respeitados e no impedimento das atividades predatórias que impactem as áreas marinha-costeiras (Ver Quadro 6.3). “A chave principal de todas as boas práticas, as boas iniciativas, os bons resultados é a interação entre as redes, considerando os conhecimentos, os saberes, o que as bases estão dizendo e como estão se organizando. Nesse sentido, os movimentos sociais têm sido fundamentais para a mobilização das comunidades, que são as nossas bases de atuação”. “A gente precisa se aquilombar cada vez mais. Quando eu falo aquilombar é para se juntar, para fazer a defesa desse mesmo lugar, desse mesmo desejo que todos querem”

Quadro 6.3: Tribunal Popular da Economia do Mar*Contribuição: Manoel Bueno dos Santos*

Durante o Grito da Pesca Artesanal em novembro de 2021, com a presença de mais de 500 lideranças da pesca artesanal, o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) lançou o Tribunal Popular da Economia do Mar. Inspirada no protagonismo de organizações da pesca artesanal do Tribunal da Economia Azul do Oceano Índico, o Tribunal Popular se constitui como um “espaço formativo, organizativo e de luta contra as formas de privatização e mercantilização dos territórios pesqueiros, das águas e do clima” (MPP, 2021, p.2).

O objetivo é fazer frente ao avanço do modelo econômico que busca enquadrar o Oceano enquanto espaço de desenvolvimento, o que foi chamado de Economia Azul na Rio+20. A economia do mar (ou azul) “centra seus esforços em expandir uma grande rede de exploração dos recursos naturais como petróleo, gás e mineração em águas profundas, além de intensificar a instalação de parques eólicos e solares. Com base no falso discurso de consolidar um projeto econômico azul sustentável, existe um grande esforço para iniciativas de aquicultura, bem como fortalecer a biotecnologia marinha para a produção de produtos da indústria farmacêutica e de cosméticos” (MPP, 2021, p. 2).

Tais projetos, baseados na exploração de recursos e territórios, não são condizentes com os modos de vida tradicionais das comunidades pesqueiras da costa brasileira e, como consequência, apresentam graves ameaças às suas sobrevivências. Só entre 2018 e 2019, o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) registrou dados de 434 conflitos vivenciados por comunidades pesqueiras em 14 estados do Brasil (CPP, 2021). Tais conflitos se configuram em violações de direitos humanos e da natureza, sendo muitas vezes amparados por legislações permissivas que favorecem o avanço das ameaças de destruição sobre os territórios pesqueiros.

O Tribunal Popular da Economia do Mar “busca consolidar ferramentas para articular os processos de denúncia permanente dos impactos da economia do mar nas comunidades pesqueiras e na vida dos pescadores e pescadoras artesanais” (MPP 2021, p.8). A atuação é nos territórios pesqueiros, por meio de oficinas de multiplicação, criando redes de diálogo entre comunidades em todo o território nacional. Essas redes, por sua vez, são articuladas também internacionalmente com organizações que compõem o Fórum Mundial de Povos Pescadores (WFFP), especialmente na América Latina e Caribe.

No Brasil, foram realizados três encontros regionais ao longo de 2022 para identificar as principais denúncias de violações sofridas pelas pescadoras e pescadores tradicionais. A sentença emitida na sessão final do tribunal popular em novembro do mesmo ano denuncia o projeto Economia do Mar como promotor de uma política de morte e o “Estado brasileiro como principal agente de violações de direitos das comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil, seja pela adoção de medidas que viabilizam a implementação dos projetos de economia do mar, seja pela omissão em relação aos direitos violados por esses projetos”. Também foi decidido que

serão realizados tribunais regionais para julgar todas as denúncias levantadas. O júri é composto por defensores públicos, advogados de organizações que apoiam os pescadores artesanais, como a CPP, pesquisadores afins, entre outros. As denúncias discutidas no Tribunal serão encaminhadas à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Mais informações em:

MPP. (2021). Cartilha de Formação - Tribunal Popular da Economia do Mar.

CPP. (2021). Relatório dos Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil:

<http://www.cppnacional.org.br/publicacao/relat%C3%B3rio-dos-conflitos-socioambientais-e-viola%C3%A7%C3%B5es-de-direitos-humanos%C2%A0em%C2%A0comunidades>

Sentença Final do Tribunal Popular da Economia do Mar. 2022. <http://www.cppnacional.org.br/noticia/tribunal-popular-da-economia-do-mar-condena-o-estado-brasileiro-e-o-capitalismo-do-mar-pelas>

Todas as organizações representadas neste documento foram criadas para articular lideranças, comunidades, povos pela defesa de seus territórios e direitos. Um exemplo: “Hoje a organização [MOPEAR] está mais forte no nosso Litoral Norte, no município de Guaraqueçaba, onde se acirrou mais o conflito com as Unidades de Conservação na época em que a gente começou a perder os territórios. Com a debandada da nossa família, com nossos familiares indo embora para a cidade onde não sabiam viver, a gente foi obrigada a se reinventar e a se organizar como movimento social. E a fazer uma resistência. A gente conseguiu e hoje a gente está nas comunidades ainda”.

Uma ferramenta importante de articulação dos movimentos de base tem sido a realização de intercâmbios “A troca entre as comunidades, os intercâmbios que permitem às comunidades trocarem experiências positivas, mas ao mesmo tempo também compartilhar dores e enfrentamentos que estão fazendo e gerando aprendizados mútuos”. “A gente vai se reconhecendo nelas tanto nos saberes, mas também nas dores. Então a gente vai entendendo e vendo como que a gente pode se juntar e se fortalecer [...]. A partir da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais [...] a gente começou a conhecer todos os outros grupos no Brasil. Isso vai criando uma força muito grande e a gente vai vendo que esses projetos perversos afetam exatamente todos esses povos, essas comunidades tradicionais nos seus lugares, exatamente nos lugares que estão mais preservados, mais cuidados. Então a gente vai criando essas forças”. Por meio da articulação, cria-se então uma ideia de interconexão entre os territórios e lutas: “Nós não podemos olhar só pro nosso próprio umbigo, falar só da nossa comunidade se as outras estão passando os mesmos problemas. Então nós temos que perder essa mania de falar do meu estado e da minha comunidade. Nós temos que botar o Brasil num problema só. Porque começa dum canto e vai no outro, do mar vai na serra, é tudo uma coisa só. Nós não vamos ter lagoas se não tiver rio”.

Porém, também “é um desafio conseguir relacionar as redes e trabalhar a partir dessas redes em um único objetivo”. Portanto, é fundamental investir na formação política continuada das lideranças e representantes das organizações, bem como na discussão crítica com as comunidades sobre os impactos que sofrem, reafirmando as questões territoriais e fazendo prevalecer a organização social. “Organização popular na mobilização popular sempre é a chave para a saída das crises”. Além disso, “a nossa luta precisa ser divulgada”, de maneira a compartilhar os desafios com outras organizações e comunidades e informar a sociedade brasileira sobre suas lutas. Para tanto, destaca-se também a formação em comunicação das próprias comunidades e lideranças, mas também a articulação com jornalistas comprometidos com a defesa dos territórios, para que deem visibilidade às ameaças.

As experiências de mobilização e articulação de movimentos de base têm sido fortalecidas por meio de parcerias: “Acredito em especial na mobilização do povo, mas também acredito nas organizações não governamentais que têm ajudado a gente a se manter nos territórios”. Quando se consegue construir parcerias com pesquisadores, universidades, organizações não-governamentais, instituições públicas, sistema jurídico “comprometidos com o território e com os povos e comunidades tradicionais, a gente dá um grande passo e gera um processo muito potente e muito rico de troca. Porque os dois lados se compreendem e se entendem como dois lados que podem contribuir igualmente, em níveis diferentes, mas iguais em termos de conhecimento, cada um com o seu conhecimento, mas sendo valorizados na íntegra cada um”.

Alguns exemplos de parcerias incluem universidades e instituições de pesquisa, como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri); órgãos de justiça, como a Defensoria Pública e a 6ª Câmara de Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal (MPF)²²; Organizações Não Governamentais (ONGs) socioambientais, como a Pastoral dos Pescadores (CPP), que atua em colaboração com o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais; e grupos que reúnem diferentes setores da sociedade, como o Grupo Babitonga Ativa, do qual participam voluntariamente pescadores, biólogos, cientistas, representantes da Marinha, Promotoria Pública e outros afins (ver Quadro 6.4).

Exemplos de projetos desenvolvidos por meio de parcerias e que vêm mostrando resultados positivos incluem: “projeto GEF MAR²³, contemplado com a CONFREM [...] para unir a força das populações tradicionais para umas interagirem com as outras e faze-

22. A Resolução 230 de 08 de junho de 2021 disciplina a atuação do Ministério Público junto aos PICTs, determinando que ela deve ser pautada pela observância da autonomia desses grupos e pela construção de diálogo intercultural permanente, de caráter interseccional (Art. 3º).

23. O GEF Mar é um projeto com o objetivo geral de buscar mecanismos para a sustentabilidade financeira de UCs marinhas e costeiras do Brasil. Ele é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e financiado com recursos do Global Environment Facility (GEF) por meio do Banco Mundial. (FUNBIO, sem data).

rem intercâmbios”; iniciativas de ONGs socioambientais que agem especialmente na cidade fazendo campanhas permanentes de conscientização e atuando em áreas que o poder público ignora; alguns projetos socioambientais que empresas neoextrativistas, como a Petrobras, são obrigadas a executar como forma de mitigação dos impactos que causam, como o Projeto Povos²⁴, que consiste em uma cartografia social em Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP), e o Projeto de Educação Ambiental (PEA) Redes, na Baía de Guanabara; iniciativas de “sistematização dos conflitos [...] para terem visibilidade e virarem instrumentos de luta e também de incidência política e de denúncias nacional e internacionalmente”, como os realizados pela Pastoral dos Pescadores²⁵.

Quadro 6.4: O Grupo Pró-Babitonga

Contribuição: Samuel Rocha

A Baía da Babitonga é um ecossistema estuarino de mais de 130 km² no norte de Santa Catarina. Ela dá suporte à vida, à saúde, à qualidade ambiental de todos os ecossistemas e comunidades da região, além de sustentar atividades econômicas como pesca artesanal e industrial, turismo de massa e de base comunitária, atividades náuticas e de mineração. Apesar de sua importância regional, por muito tempo, a gestão fragmentada e com baixa participação social representou uma ameaça à sustentabilidade da Baía.

Nesse contexto, o Projeto Babitonga Ativa iniciou um processo de planejamento estratégico e mobilização social que deu origem ao Grupo Pró-Babitonga (GPB) em maio de 2017, com representações dos segmentos público, socioeconômico e socioambiental dos 6 municípios abrangidos pela Baía. São 48 vagas distribuídas igualmente para cada segmento. A gestão 2021-2023 conta com 11 representantes do segmento público, 8 do segmento socioambiental e 8 do segmento socioeconômico, que inclui a Colônia de Pescadores Z1 (Itapoá).

Segundo seu regimento interno, o GPB atua com o suporte do Ministério Público Federal para ‘contribuir para a gestão participativa e integrada do Ecossistema Babitonga, com ações que assegurem a proteção da diversidade biológica e cultural, o disciplinamento da ocupação e a sustentabilidade dos usos dos recursos naturais, além da participação multissetorial para a implantação das diretrizes das políticas nacional, estadual e municipal do meio ambiente e do gerenciamento costeiro [...] conforme objetivos específicos, metas e diretrizes que compõem o documento intitulado Plano de Gestão Ecossistêmica (PGE)’.

24. Para saber mais sobre o projeto, acesse: <https://www.otss.org.br/post/projeto-povos-nos-territorios-entenda-como-se-da-essa-cheganca>

25. O Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) realiza um monitoramento sistemático das violências sofridas pelas comunidades tradicionais pesqueiras e já publicou dois relatórios (2016 e 2021) sobre conflitos socioambientais e violações de direitos humanos, que podem ser acessados aqui: <http://www.cppnacional.org.br/relatorio-de-conflitos>; E o documentário “Vento Forte” (2017), que pode ser assistido aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=QwKa49nVftE>

O grupo é um canal de compartilhamento de informações, diálogo e formação. “Antes dele, as coisas aconteciam de cima para baixo e quando as comunidades pesqueiras artesanais ficavam sabendo, já estavam acontecendo ou já estavam feitas. O grupo reúne várias entidades, dá voz e vez para as comunidades colocarem sua sabedoria, inteligência, cultura, tradição e falarem frente a frente sobre o que entendem como progresso para a região. Porque, às vezes, o progresso para os empreendedores não é o mesmo progresso para as comunidades. O progresso é para meia dúzia e afeta uma comunidade, uma baía, um ecossistema inteiro, vai atrapalhar o turismo, o meio de vida. E com mais diálogo os empreendedores pensam 3, 4, 5 vezes antes de querer se instalar de qualquer forma”.

Ao longo dos anos, o GPB muda visões e modos de fazer e ser. “Os processos formativos e de inclusão fortalecem e empoderam diferentes segmentos sociais. Eles tratam da pesca, da segurança, dos direitos e deveres de quem vive na e da Baía. As atividades do GPB trazem um leque de benefícios e dão voz a grupos que não tinham tanta voz. Os cursos e oficinas para mulheres, jovens, crianças ampliam a visão sobre si mesmos e sobre o território. Hoje, muitas mulheres da Baía se reconhecem, orgulhosamente, como pescadoras profissionais”. “O GPB segue enfrentando obstáculos para trazer mais pescadores e pescadoras para a discussão e balancear disputas de poder e influência política na gestão da Babi-tonga”, ainda tem muito trabalho para fazer, mas já se consolida como um modelo de gestão participativa e integrada para a região costeira e marinha.

Mais informações em:

Grupo Pró-Babitonga: <https://www.grupoprobabitonga.com/>

Projeto Babitonga Ativa: <https://babitongaativa.wordpress.com/>

Tanto nas comunidades quanto nos movimentos sociais, é importante envolver mais a juventude em todas as iniciativas. “A gente tem trabalhado na transferência geracional das responsabilidades no cuidado com esses ambientes, que são ambientes coletivos nossos e de importante função e representação. O diálogo entre as lideranças mais antigas com a juventude tem sido fundamental, pois daqui há alguns anos vai ser a juventude que vai estar aí para tomar conta desses maretórios e precisa de oportunidade de se envolver em espaços de tomada de decisões e de construção coletiva”. O envolvimento dos jovens nessas iniciativas deve ser aliado “à educação formal, compreendendo a educação formal como uma ferramenta de luta pela existência das populações tradicionais”, em um modelo que considere e valorize “todo esse saber das comunidades do litoral, que vivem na área costeira e marinha, como importante”. “Hoje em dia a gente luta muito pela educação dentro do território, educação diferenciada, educação de base exatamente para a garotada começar a ter o empoderamento e ver o quanto que vai ser perdido”. “E aí a gente pensa em quando Chico Mendes pensou na escola a partir de uma Poronga como símbolo de luz que traria a oportunidade de clarear as ideias e ser uma ferramenta de luta para as populações extrativistas”.

Alguns exemplos de educação diferenciada citados foram iniciativas de educação do campo em regime de alternância, escolas quilombolas no litoral sudeste, a proposta da escola das marés e das águas em construção no litoral do Pará, curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento na Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Magistério Extrativista no Pará. Um destaque para as escolas dentro dos territórios: “Nós que somos quilombolas passamos por um processo de eugeniação muito grande, muito grande mesmo. Quando eu falo de processo de eugeniação, eu não estou falando de um processo de embranquecimento de nossa pele não, eu estou falando de um processo intelectual, nos é ofertado uma série de coisas que não nos cabe. [...] Hoje, depois de 40 anos, a gente conseguiu reabrir a nossa escola, dentro do nosso território. Isso é resultado de muita luta e um momento de muita felicidade. Porque vira e mexe a gente era expurgado dos nossos territórios, nossas crianças eram obrigadas a sair do território, [com a escola da comunidade] tapou esse processo de eugeniação. Porque nossas crianças perdem suas identidades nesse processo de sair de dentro de seu território”. “Nossa produção pesqueira, a nossa roça precisa chegar também nas escolas onde nossas crianças comem, se alimentam. As crianças precisam se informar de que o alimento que está chegando nas merendas delas, são os próprios pais delas que produzem”.

As mulheres têm um papel preponderante na luta pela defesa dos ambientes marinhos-costeiros: “a gente percebe que com o empoderamento das mulheres a luta avança anos luz”. As mulheres têm práticas e conhecimentos específicos sobre os territórios: “Nós observamos que as mulheres se utilizam dos mares, dos rios de forma diferente do que os homens se utilizam. Na comunidade de onde eu falo, as mulheres são as que mais realizam as pescas”. No entanto, as mulheres também sofrem desafios específicos na luta pelos seus territórios e modos de vida: “na luta pelas águas são as mulheres que saem na dianteira [...] e a gente consegue fazer uma entrada que marca, sem violência. Mas nos últimos tempos as mulheres estão sendo agredidas no processo de organização e de lutas”. “A gente está no território, lutando para toda a comunidade, não só para os filhos, parentes. Quando a gente coloca os nossos corpos de mulheres nessa luta, muitas vezes a gente enfrenta a violência física”. “Geralmente são lideranças masculinas que dão as cartas. As mulheres são colocadas um pouco de lado. A gente sabe da dificuldade que é essa questão do gênero no Brasil. A gente tem que lutar sim contra o patriarcado”. Neste sentido, os encontros de mulheres, promovidos muitas vezes em parceria entre os movimentos sociais e colaboradores, têm sido fundamentais para a discussão desses problemas específicos enfrentados pelas mulheres e avançar no fortalecimento da participação das mulheres em todos os espaços de decisão: “A gente tem que ter sororidade, não perder as estribeiras. A gente faz loucura para defender as nossas vidas, as dos nossos filhos. Portanto, a gente precisa realmente chegar aos locais onde não se tem fala, onde não se tem voz”. Dentre algumas iniciativas que visam reconhecer o protagonismo das mulheres na pesca, destaca-se o Projeto Mulheres da Pesca²⁶, coordenado pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e o exemplo da Secretaria de Mulheres da Confrem, detalhado no Quadro 6.5.

26. O projeto pode ser acessado aqui: <https://mulheresnapesca.uenf.br/index.php>.

Quadro 6.5: A Secretaria de Mulheres da CONFREM*Contribuição: Célia das Neves*

As mulheres envolvidas na cadeia produtiva da pesca - as extrativistas, trabalhadoras das etapas de pré e pós-captura, comerciantes, representantes de classe, etc. - são um grupo frequentemente inviabilizado e privado de seus direitos. “São mulheres que vivem da mariscagem, da pesca de tarrafa, de anzol, de rede, pesca de alto-mar. [...] Elas se diversificam nas práticas pesqueiras e nos diferentes petrechos. Há regiões onde as mulheres não aparecem, são invisibilizadas, mas as mulheres têm um papel importante tanto para produção, economia, segurança alimentar e seu próprio ofício, quanto para as oportunidades das relações de afeto, da partilha, da troca. [...] A troca que fazem não só entre si, mas também com as camponesas, com quem trabalha na terra firme - ‘eu te dou camarão, tu me dá macaxeira, farinha, tucupi, fruta’. São as mulheres que organizam toda a estrutura da família, da educação, da saúde. É a mulher que recebe o Bolsa Família e gerencia da melhor maneira possível. É ela que participa das reuniões da escola, que vai ao posto de saúde agendar [atendimentos], cuida da vacina. [...] Quando a gente faz o relógio do tempo das mulheres, o tempo delas é as 24 horas intensas. Elas se deitam por volta de 2h da manhã para levantar às 4h”.

Apesar de seu intenso trabalho, segundo denúncia apresentada no Tribunal Popular da Economia do Mar em novembro de 2022, as mulheres estão mais suscetíveis a terem seus territórios, em terra e no mar, expropriados por grandes obras, perdendo o acesso inclusive a seus locais de pesca e extrativismo. Frente às dificuldades enfrentadas, elas vêm se organizando para lutar por seus direitos, a exemplo da Secretaria de Mulheres da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM).

Fundada em 2009, a CONFREM atua para ‘desenvolver, articular e implementar estratégias visando o reconhecimento e a garantia dos territórios extrativistas tradicionais costeiros e marinhos na dimensão social, cultural, ambiental e econômica, garantindo os seus meios de vida e produção sustentável’. Dentro da CONFREM, a Secretaria de Mulheres lidera a ‘democratização da discussão de gênero e de direitos das mulheres’ (CONFREM, sem data), combatendo o machismo, a violência contra a mulher e buscando dar voz às demandas das mulheres que atuam nos territórios e maretórios pesqueiros artesanais em discussões de políticas públicas.

Institucionalizada em outubro de 2014 em Assembleia Geral da CONFREM, a Secretaria de Mulheres promove debates, eventos e processos formativos, atuando como um espaço de acolhimento, empoderamento e visibilização das demandas das mulheres e promovendo a troca de experiências entre mulheres dos diferentes estados costeiros. Em cada estado, essa Secretaria promove a mobilização e sensibilização das mulheres e fomenta a criação de grupos para atuarem localmente, enquanto conecta diversos grupos em uma rede nacional que ultrapassa

os limites da zona marinha-costeira. “O que chamamos de mobilização e articulação das mulheres das marés e das águas é uma mobilização de maior capilaridade. É uma articulação que a gente [Secretaria de Mulheres da CONFREM] faz com as mulheres que moram nas áreas do Rio Amazonas e outros rios. A gente faz articulações, por exemplo, com as companheiras que são produtoras de arroz da agricultura familiar da foz do Rio São Francisco e se organizam na CPT [Comissão Pastoral da Terra]; com as mangabeiras lá de Sergipe; com as retireiras do Araguaia; com as pantaneiras do Pantanal do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. A Secretaria das Mulheres da CONFREM avança até o Rio Grande do Sul, conversando com as mulheres de lá”.

A Secretaria tem uma abordagem transversal e vem “trabalhando a importância, o direito, os valores das mulheres no seu protagonismo como agentes condutoras de cidadania política com temas transversais da produção [do alimento], da saúde, da infraestrutura e especialmente da educação, para formação da escola das marés e das águas, um projeto educativo alinhado com a vivência e conexão das vidas nesses espaços. [...] Um trabalho mesmo com alma, com a vida. Com sensibilidade de se ter a renda nas mãos. A renda dos seus bordados, dos seus bilros, dos seus crochês, das suas tecelagens, das palhas, das talas, do movimento. A renda da alegria, da felicidade, da sociobioeconomia”.

Mais informações:

Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM): página oficial: <https://confrem.wordpress.com/pagina-principal/quem-somos/>. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

CONFREM Facebook: <https://www.facebook.com/comissaoresexmarinhadoBrasil>. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

Tribunal Popular da Economia do Mar: <https://www.youtube.com/watch?v=-RR6oTZuV7A>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

Concluindo, “para o futuro desejado, além de dialogar entre as redes, fortalecer as iniciativas e as ações que são fundamentais para a garantia desses territórios, tem que dialogar também de forma mais intensa e dar visibilidade ao papel da mulher nesses territórios”. Neste sentido, vem sendo feito o debate do Patrimônio ao Fratrímônio no âmbito de coletivos de mulheres extrativistas para “fazer uma desconstrução de uma imposição que está aí milenarmente e que o colonialismo trouxe pra cá”. “Usar o termo Fratrímônio, no lugar de Patrimônio significa “descolonizar a linguagem oriunda do patriarcado heteronormativo e antidialógico”. “Se Luzia, o crânio que foi batizado da mulher mais antiga encontrado pela ciência brasileira [...] tem 12 mil anos, qual é o tempo da minha ancestralidade? Essa mobilidade pesqueira que vai do Oiapoque ao Chuí, que a gente vê que vai se encontrando, [...] é mesmo um pertencimento nosso, que só precisa que nós passemos a construir uma política de gestão dos nossos maretórios para dentro do Fratrímônio, para a gente ir aniquilando com o patrimônio”.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos coordenadores, secretaria executiva, jovem pesquisadora e pontos focais dos demais capítulos desse diagnóstico pelas suas contribuições ao longo do processo de construção deste capítulo, a saber (ordem alfabética): Alexander Turra, Beatrice Ferreira, Carla Elliff, Heloisa Dantas Brum, Iara Vasco, Larisse Faroni-Perez, Lucila Pinsard Vianna, Marina Vieitas Dale, Miguel Accioly, Natalia Hanazaki, Patricia de Menezes Cardoso, Rodrigo Leão de Moura, Tatiana Walter e Vinicius Giglio. Também agradecemos à assessoria da Comissão Guarani Yvyrupa.

REFERÊNCIAS

- CDB. (1992). Convenção sobre Diversidade Biológica da Organização das Nações Unidas. Assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992. Ratificada pelo Brasil pelo Decreto Federal nº 2.519 de 16 de março de 1998.
- Cunha, M. C. da, Magalhães, S. B., & Adams, C. (2022). Seção 1: Quem são, quantos são. Em: M. C. da Cunha, S. B. Magalhães, & C. Adams (Orgs.). *Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil: Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças*. SBPC: São Paulo.
- FAO & FILAC. (2021). Food and Agriculture Organization & Fondo para el desarrollo de pueblos indígenas de América Latina y el Caribe. *Los pueblos indígenas y tribales y la gobernanza de los bosques - Una oportunidad para la acción climática en Latina América y el Caribe*. FAO: Santiago.
- FUNBIO. (sem data). Fundo Brasileiro para Biodiversidade. Projeto GEF-MAR. Disponível em: https://www.funbio.org.br/programas_e_projetos/gef-mar-funbio/. Acesso em: 15 de dezembro de 2022.
- Garnett, S. T., Burgess, N. D., Fa, J. E., Fernández-Llamazares, Á., Molnár, Z., Robinson, C. J., & Leiper, I. (2018). A spatial overview of the global importance of Indigenous lands for conservation. *Nature Sustainability*, 1(7), 369-374.
- Gudynas, E. (2009). Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Em: *Extractivismo, política y sociedad*, 187-225. Centro Andino de Acción Popular – CAAP e Centro Latinoamericano de Ecología Social – CLAES: Quito.
- IBGE. (2019). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Base de Informações sobre os Povos Indígenas e Quilombolas. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-e-quilombolas.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 20 de dezembro de 2022.
- IBGE. (2021). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Municípios Costeiros | 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/34330-municipios-costeiros.html>
- IPBES/5/15. (2017). *Informe del Plenario de la Plataforma Intergubernamental Científico-normativa sobre Diversidad Biológica y Servicios de los Ecosistemas acerca de la labor realizada en su quinto período de sesiones*.
- MapBiomias. (2022). *Fatos sobre o papel das Terras Indígenas na proteção das florestas*. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/09/Fatos_sobre_o_Papel_das_Terras_Indigenas_18.04.pdf
- Oviedo, A. F., & Doblas, J. (2022). *As florestas precisam das pessoas*. Instituto Socioambiental (ISA): São Paulo. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/m9d00064.pdf>
- PNPCT. (2007). Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.
- Sanches, R. A. (2022). BOX 3 – NOTA TÉCNICA SOBRE DIFERENÇAS DE DADOS EM ALGUMAS FONTES (IBGE, FUNAI e ISA). Em: Guimarães, B. N. 1.2. PERSPECTIVAS POPULACIONAIS: OS POVOS INDÍGENAS A PARTIR DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS NACIONAIS. Em: Cunha, M. C. da, Magalhães, S. B., & Adams, C. Seção 1: Quem são, quantos são. Em: M. C. da Cunha, S. B. Magalhães, & C. Adams (Orgs.). *Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil: Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças*. SBPC: São Paulo.

Foram realizadas três oficinas virtuais para chegar a este documento (Figura 6.A.2). A primeira oficina, em 03 de fevereiro de 2022, contou com a participação de seis representantes PICTs. Nela, foi apresentada e discutida a proposta para inclusão dos conhecimentos tradicionais e definida a estratégia de articulação para tal inclusão, foram compartilhadas as expectativas de representantes PICTs em relação ao documento e formulados acordos para a construção do texto, como o respeito aos termos utilizados em suas falas e maneiras de se expressar. Após a primeira oficina, a secretaria buscou ampliar a participação de representantes de povos e comunidades que vivem ao longo de toda a área marinha-costeira do Brasil, atentando para um equilíbrio de gênero e regiões. Então, na segunda oficina, realizada em 11 e 13 de abril de 2022, participaram 16 representantes para debater as perguntas-orientadoras do presente diagnóstico:

1. Por que os ambientes marinhos-costeiros são importantes para a sociedade? Por favor, cite alguns exemplos.

2. Como estão os ecossistemas marinhos-costeiros da sua região hoje?

3. Quais mudanças vocês perceberam nos últimos 40 anos? Quais são as causas das mudanças percebidas?

4. Como vocês imaginam que ficará a sua região se as coisas continuarem como estão? Como vocês acham que deveria ser o futuro?

5. Quais iniciativas para cuidar dos ambientes marinhos-costeiros estão dando certo na sua região? O que mais pode ser feito para se chegar no futuro desejado considerando os vários atores envolvidos (governos, comunidades, organizações, universidades)?

Além dos depoimentos registrados na oficina, quem não pôde participar ou quis complementar suas respostas, enviou contribuições por texto ou áudio de WhatsApp para a secretaria executiva, que ficou responsável por organizar todas as contribuições em um mesmo documento. A partir das 26 contribuições recebidas, sendo 12 mulheres, 13 homens e 1 coletiva (CGY), a secretaria executiva transcreveu os debates da segunda reunião e agrupou todas as respostas em um documento com mais de 70 páginas. Esse documento foi então reorganizado pela secretaria, que buscou destacar as mensagens e conceitos mais recorrentes e tecer um texto narrativo integrando as múltiplas vozes dos PICTs que colaboraram. O documento resultante da reorganização foi enviado aos representantes por WhatsApp no formato de texto escrito e texto lido (áudio) para que pudessem revisá-lo junto com suas comunidades ou organizações de base e logo ser discutido na terceira oficina.

A terceira e última oficina foi realizada nos dias 12 e 13 de julho de 2022, com oito representantes, para discutir o conteúdo do texto com foco em validá-lo, definir as mensagens-chave (sumário executivo) e como incluí-lo no presente diagnóstico, levando-se em conta questões de autoria e anonimização. Decidiu-se por listar os nomes de quem contribuiu diretamente com o documento como autoras e autores, indicando a organização de base ou comunidade que representa. Na oficina, também foi discutido

e aprovado o conteúdo e mensagens-chave e optou-se por sua inclusão como um capítulo específico do 1º Diagnóstico Brasileiro Marinho-Costeiro sobre Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos. Além disso, foi formada uma pequena comissão para escrever a introdução e alguns estudos de caso para compor o capítulo. A revisão da primeira versão do texto, discutida na terceira oficina, foi complementada com retornos via WhatsApp de representantes que não puderam estar presentes.



Figura 6.A.2: Processo de envolvimento dos PICTs na construção do capítulo.

Por fim, a comissão formada por quatro representantes de PICTs e a secretaria executiva trabalhou nas semanas seguintes, também virtualmente, para concluir os textos faltantes (Figura 6.A.3). Após ter sido também revisado pela coordenação e pontos focais dos outros capítulos do diagnóstico, o produto final foi novamente enviado para o grupo de representantes como texto e áudio para revisão e validação final. O texto aqui apresentado em quatro seções resulta desse processo colaborativo de construção e edição. As seções foram organizadas seguindo as perguntas orientadoras do diagnóstico. Decidiu-se por juntar as contribuições recebidas para as perguntas 2 e 3, pois elas são inter-relacionadas.



Figura 6.A.3. Processo de finalização do documento.

1º DIAGNÓSTICO BRASILEIRO MARINHO-COSTEIRO SOBRE BIODIVERSIDADE E SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS

AUTORAS E AUTORES (POR ORDEM ALFABÉTICA)

Adriana Lima

Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC)

Adriana R. Carvalho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Alexander Turra

Universidade de São Paulo (USP) & Cátedra Unesco para Sustentabilidade do Oceano

Ana Carolina de Azevedo Mazzuco

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Anaíde Wrublevski Aued

Memorial University of Newfoundland

Ana Paula L. Prates

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

Andrea Olinto

Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco (SEMAS-PE)

Antonio Vieira (Sr. Mancha)

Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)

Áurea Maria Ciotti

Universidade de São Paulo (USP)

Beatrice Padovani Ferreira

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Bianca Bentes

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Bruno Abe Saber

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

Carina Costa de Oliveira

Universidade de Brasília (UnB)

Carla Elliff

Universidade de São Paulo (USP)

Célia das Neves

Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM)

Cida Ferreira
Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM)

Cláudio de Araújo Nunes
Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR) & Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC)

Claudio Egler
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Cleiton Jardeweski
Universidade do Vale do Itajaí (Univali)

Clemente Coelho Junior
Universidade de Pernambuco (UPE)

Comissão Guarani Yvyrupa¹ (CGY)

Cristiana Simão Seixas
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Denilson da Silva Bezerra
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Eduardo Siegle
Universidade de São Paulo (USP)

Eliete Paraguassu
Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)

Ezequiel Tremembé
Povo Tremembé, Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú

Fernanda de Oliveira Lana
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Flávia Lucena Frédou
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Florivaldo Mota Rocha (Filico)
Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)

Gabriel Barros Gonçalves de Souza
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Gleyci Moser
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

1. A contribuição da Comissão Guarani Yvyrupa foi encaminhada de forma coletiva em um diálogo intermediado por Eunice Kerexu Yxapyry.

Guilherme Abuchahla
Tropical Marine Ecology - Leibniz Center

Guilherme O. Longo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Heloisa D. Brum
Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA-RN)

Iara Vasco
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Isabel Tukano
Levante pela Terra

João Luiz Nicolodi
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Jurandir Cesário
Quilombo Caçandoca

Larisse Faroni-Perez
Instituto Geração Oceano X (GOX) & Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Leandra R. Gonçalves
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Leopoldo C. Gerhardinger
Universidade de São Paulo (USP)

Leticia Cotrim da Cunha
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Leticia Moraes
Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)

Letícia Veras Costa Lotufo
Universidade de São Paulo (USP)

Luciana R. F. C. Travassos
Universidade Federal do ABC (UFABC)

Lucia Sousa e Silva
Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL-SP)

Luciana Yokoyama Xavier
Universidade de São Paulo (USP) & Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Lucila Pinsard
Fundação Florestal (FF-SP)

Luis Gustavo Cardoso
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Luiz Paulo Assad
Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ)

Manoel Bueno dos Santos (Nego da Pesca)
Federação das Associações de Pescadores Profissionais e Aquicultores do Espírito Santo

Marcus Polette
Universidade do Vale do Itajaí (Univali)

Margareth S. Copertino
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Maria Ariã Pataxó
Povo Pataxó, Terra Indígena Comexatibá

Maria Cristine Lançoni
Araquari, Baía da Babitonga

Maria do Ramos
Articulação Nacional das Pescadoras (ANP)

Maria Fernanda Arentz
Marinha do Brasil

Maria José Pacheco
Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras (CPP)

Marilda de Souza
Quilombo do Bracuí

Marianna Lanari
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Marina A. R. de Mattos Vieira
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Marina Vieitas Dale
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Marinez E. G. Scherer
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Miguel da Costa Accioly
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Natalia Hanazaki
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Neimar Lourenço
Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ)

Nilmar Conceição
Fórum da Lagoa dos Patos

Patrícia de Menezes Cardoso
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC) & Universidade Federal Fluminense (UFF)

Patrícia Raggi Abdallah
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Pedro Ribeiro
Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras (CPP)

Rafael A. Magris
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Raquel Lima
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) & Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)

Regina R. Rodrigues
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Renato Caiçara
Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC)

Renato Rodrigues Neto
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Robson Possidônio
Fórum de Comunidades Tradicionais Angra-Paraty-Ubatuba (FCT)

Rodrigo Rodrigues de Freitas
Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)

Rodrigo Tardin
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Ruy Kenji Papa de Kikuchi
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Samuel Rocha
Grupo Pró-Babitonga (GPB)

Santiago Bernardes
Fórum de Comunidades Tradicionais Angra-Paraty-Ubatuba (FCT) & Coordenação
Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC)

Silvina Botta
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Stella Manes
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Tatiana Walter
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Tatiane Medeiros
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Tommaso Giarizzo
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Valmira João Gonçalves
Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras (CPP)

Vanessa Hatje
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Vinicius Giglio
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Vinicius Scofield
Ministério da Educação (MEC)

Wilson Cabral de Sousa Júnior
Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA)

AGRADECIMENTOS

Ao Sr. Rodrigo Agostinho (ex-deputado federal e Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais) pela Emenda Parlamentar que financiou a elaboração desse Diagnóstico. À Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), à Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e ao Dr. Ronaldo Christofolletti por viabilizar a tramitação do recurso financeiro e a execução orçamentária para a realização desse Diagnóstico.

Aos revisores dos capítulos deste Diagnóstico: A. Cecília Z. Amaral, José Milton Andriguetto, Ronaldo Christofolletti, Segen Estefen, Sueli Furlan, Paulo Horta, Régis P. de Lima, Patrícia M. Menezes, Leonardo Messias, Carolina Minte-Vera, Victória J. Isaac Nahum, Marco Nalon, Isabel S. Pinto, Pedro Jacobi e Paulo Sinisgalli.

COORDENAÇÃO EXECUTIVA BPBES

Carlos Alfredo Joly
Aliny P.F. Pires
Cristiana Simão Seixas
Leandra R. Gonçalves
Paula Drummond de Castro
Rafael Loyola

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Cristiana Simão Seixas
Marina Vieitas Dale

EDIÇÃO E REVISÃO DE TEXTO

Isabela de Lima Santos

PROJETO GRÁFICO

Lúcia Nemer, Martuse Fornaciari

FOTOGRAFIAS

Beatrice Padovani Ferreira
Enrico Marone
Gabriel Barros G. de Souza
Guilherme Abuchahla
José Sabino (Natureza em Foco)
Letícia Cotrim da Cunha
Marcus Polette
Marina A. R. de Mattos Vieira
Marínez E. G. Scherer

Copyright © 2024 Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos (BPBES). Todos os direitos desta obra são reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19/02/1998. É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, para fins educacionais e sem finalidade lucrativa, desde que a fonte seja devidamente mencionada.

SUGESTÃO DE CITAÇÃO:

Seixas, C.S., Turra, A., Ferreira, B.P (Eds.) (2024). 1º Diagnóstico Brasileiro Marinho-Costeiro sobre Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos. Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos (BPBES) e Cátedra Unesco para a Sustentabilidade do Oceano. 322 pp. <https://doi.org/10.4322/978-65-01-27749-3>

MEMBROS DO COMITÊ GESTOR DA BPBES QUE ORIENTARAM A CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO

Carlos A. Joly | Cristiana S. Seixas | Paula F. Drummond de Castro

PARA MAIS INFORMAÇÕES, FAVOR CONTATAR: Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos (contato@bpb.es.net.br) e/ou Cristiana S. Seixas (csseixas@unicamp.br)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

1º diagnóstico brasileiro marinho-costeiro sobre biodiversidade e serviços ecossistêmicos [livro eletrônico] / [editores] Cristiana Simão Seixas, Alexander Turra, Beatrice Padovani Ferreira. -- Campinas, SP : Ed. dos Autores, 2024.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-01-27749-3

1. Biodiversidade marinha - Conservação - Brasil
2. Biodiversidade marinha - Preservação 3. Biologia marinha 4. Desenvolvimento sustentável - Aspectos ambientais 5. Ecossistemas - Aspectos ambientais
6. Oceanos 7. Zonas costeiras e marinhas - Gestão
I. Seixas, Cristiana Simão. II. Turra, Alexander.
III. Ferreira, Beatrice Padovani.

24-245361

CDD-363.7

Índices para catálogo sistemático:

1. Biodiversidade marinha : Diagnósticos : Gestão ambiental 363.7

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



BPBES
Plataforma Brasileira
de Biodiversidade
e Serviços Ecosistêmicos

www.bpb.es.net.br



CÁTEDRA UNESCO
para a Sustentabilidade
do Oceano

PARCEIROS



APOIO

